



DIÁRIO da Assembleia da República

X LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2005-2006)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 6 DE MAIO DE 2005

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Manuel Alegre de Melo Duarte

Secretários: Ex. ^{mas} Sr.^{as} Maria Jesuína Carrilho Bernardo
Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro
Maria Celeste Lopes da Silva Correia

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 5 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos projectos de lei n.^{os} 54 e 55/X.

Foram anunciados os resultados das eleições, realizadas na sessão anterior, e os respectivos membros eleitos para os seguintes órgãos externos à Assembleia da República: Conselho de Gestão do Centro de Estudos Judiciários, Conselho Superior de Magistratura, Conselho Superior do Ministério Público, Delegação da Assembleia da República à Assembleia Interparlamentar do Fórum dos Parlamentos de Língua Portuguesa, Delegação da Assembleia da República à União Interparlamentar, Representação Portuguesa na Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa e, por inherência, da União da Europa Ocidental, Representação Portuguesa na Assembleia do Atlântico Norte, Delegação da Assembleia da República à Assembleia da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa e Delegação da Assembleia da República à Assembleia Parlamentar Euro-Mediterrânica.

Em sessão de perguntas ao Governo, a Sr.^a Secretária de Estado dos Transportes (Ana Paula Vitorino) deu resposta à pergunta formulada pelo Sr. Deputado Luís Montenegro (PSD), sobre o rebaixamento da linha férrea em Espinho, bem como aos pedidos de esclarecimento adicionais dos Srs. Deputados Rosa Maria Albernaz (PS), Jorge Machado (PCP) e Nuno

Magalhães (CDS-PP).

À pergunta colocada pelo Sr. Deputado Agostinho Lopes (PCP), relativa ao negócio dos CTT com a Iberdrola com vista à venda, nos seus balcões, de contratos de fornecimento de energia eléctrica e à reabertura, ou não, do concurso para distribuição das licenças para construção e exploração de novos centros de produção de energia eléctrica, respondeu o Sr. Secretário de Estado Adjunto da Indústria e da Inovação (António Castro Guerra), que também deu resposta a pedidos de esclarecimento adicionais dos Srs. Deputados Luís Braga da Cruz (PS) e Jorge Tadeu Morgado (PSD).

A Sr.^a Deputada Teresa Caeiro (CDS-PP) colocou uma pergunta sobre as descargas das suiniculturas do rio Lis, à qual deu resposta o Sr. Secretário de Estado do Ambiente (Humberto Rosa), bem como aos pedidos de esclarecimento adicionais dos Srs. Deputados Isabel Vigia (PS), Carlos Poço (PSD), Miguel Tiago (PCP), Alda Macedo (BE) e Heloísa Apolónia (Os Verdes).

À questão formulada pelo Sr. Deputado Francisco Madeira Lopes (Os Verdes) sobre o seguimento das recomendações constantes na Resolução da Assembleia da República n.^º 34/2001, de 2 de Maio, deu também resposta o referido Membro do Governo, que prestou também esclarecimentos adicionais aos Srs. Deputados Renato Sampaio (PS), Ricardo Martins (PSD), Miguel Tiago (PCP), Pedro Mota Soares (CDS-PP)

e Alda Macedo (BE).

A pergunta sobre quais as razões de ordem técnica, financeira ou outra que conduziram o Governo a suspender a construção do centro materno-infantil do Norte, junto do Hospital de S. João, formulada pelo Sr. Deputado Renato Sampaio (PS), bem como aos pedidos de esclarecimento adicionais dos Srs. Deputados Regina Ramos Bastos (PSD), Honório Novo (PCP), Teresa Caeiro (CDS-PP) e Alda Macedo (BE), respondeu a Secretária de Estado Adjunta e da Saúde (Carmen Pignatelli). Usaram, ainda, da palavra, em interpelação à Mesa, os Srs. Deputados Álvaro Castello-Branco (CDS-PP), José Apolinário (PS), Mendes Bota (PSD), Honório Novo (PCP) e o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares (Augusto Santos Silva), que também respondeu a um protesto formulado pelo Sr. Deputado Luís Marques Guedes (PSD).

A mesma Secretaria de Estado respondeu também ao Sr. Deputado Mendes Bota (PSD), sobre a construção do hospital central do Algarve, bem como aos pedidos de esclarecimento

adicionais dos Srs. Deputados José Apolinário (PS), Ana Drago (BE), José Soeiro (PCP) e João Pinho de Almeida (CDS-PP).

A Sr.^a Deputada Odete João (PS) questionou o Sr. Secretário de Estado da Educação (Valter Lemos) acerca das medidas a implementar para promover o sucesso na aprendizagem da matemática, que lhe respondeu, bem como aos pedidos de esclarecimento adicionais formulados pelos Srs. Fernando Antunes (PSD), João Teixeira Lopes (BE) e Luísa Mesquita (PCP).

À pergunta do Sr. Deputado João Teixeira Lopes (BE) — que também usou da palavra em defesa da honra da bancada —, acerca da articulação das alterações ao regime lectivo do 1.º ciclo e ao modelo de colocação de professores, e aos pedidos de esclarecimento adicionais dos Srs. Deputados José Amaral Lopes (PSD), Luísa Mesquita (PCP) e Rosalina Martins (PS) respondeu o mesmo Sr. Secretário de Estado.

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 13 horas e 30 minutos.

O Sr. **Presidente** (Manuel Alegre): — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 5 minutos.

Srs. Deputados presentes à sessão:

Partido Socialista (PS):

Agostinho Moreira Gonçalves
Alberto Arons Braga de Carvalho
Alberto de Sousa Martins
Alberto Marques Antunes
Aldemira Maria Cabanita do Nascimento Bispo Pinho
Ana Catarina Veiga Santos Mendonça Mendes
Ana Maria Ribeiro Gomes do Couto
António Alves Marques Júnior
António Bento da Silva Galamba
António José Ceia da Silva
António José Martins Seguro
António Manuel de Carvalho Ferreira Vitorino
António Ramos Preto
António Ribeiro Gameiro
Armando França Rodrigues Alves
Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho
Carlos Alberto David dos Santos Lopes
Carlos Cardoso Lage
Cláudia Isabel Patrício do Couto Vieira
Deolinda Isabel da Costa Coutinho
Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues
Elísio da Costa Amorim
Fernanda Maria Pereira Asseiceira
Fernando dos Santos Cabral
Fernando Manuel dos Santos Gomes
Glória Maria da Silva Araújo
Guilherme Valdemar Pereira de Oliveira Martins
Horácio André Antunes
Isabel Maria Batalha Vigia Polaco de Almeida
Isabel Maria Pinto Nunes Jorge
João Barroso Soares
João Cândido da Rocha Bernardo
João Cardona Gomes Cravinho
João Miguel de Melo Santos Taborda Serrano
João Raul Henriques Sousa Moura Portugal
Joaquim Augusto Nunes Pina Moura
Joaquim Barbosa Ferreira Couto
Joaquim Ventura Leite
Jorge Manuel Capela Gonçalves Fão
Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro
Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho
José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro
José Alberto Rebelo dos Reis Lamego
José Augusto Clemente de Carvalho
José Carlos Correia Mota de Andrade
José Carlos das Dores Zorrinho
José Luís Pereira Carneiro
José Manuel Lello Ribeiro de Almeida
Jovita de Fátima Romano Ladeira
Júlio Francisco Miranda Calha
Leonor Coutinho Pereira dos Santos
Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal
Luís António Pita Ameixa
Luís Garcia Braga da Cruz

Luís Manuel Carvalho Carito
Luís Miguel Morgado Laranjeiro
Luísa Maria Neves Salgueiro
Luiz Manuel Fagundes Duarte
Manuel Alegre de Melo Duarte
Manuel Luís Gomes Vaz
Marcos da Cunha e Lorena Perestrello de Vasconcellos
Marcos Sá Rodrigues
Maria Antónia Moreno Areias de Almeida Santos
Maria Celeste Lopes da Silva Correia
Maria Cidália Bastos Faustino
Maria Cristina Vicente Pires Granada
Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina
Maria de Fátima Oliveira Pimenta
Maria de Lurdes Ruivo
Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro
Maria Helena da Silva Ferreira Rodrigues
Maria Helena Terra de Oliveira Ferreira Dinis
Maria Hortense Nunes Martins
Maria Irene Marques Veloso
Maria Jesuína Carrilho Bernardo
Maria José Guerra Gamboa Campos
Maria Matilde Pessoa de Magalhães Figueiredo de Sousa Franco
Maria Odete da Conceição João
Maria Teresa Alegre de Melo Duarte Portugal
Maria Teresa Filipe de Moraes Sarmento Diniz
Maximiano Alberto Rodrigues Martins
Miguel Bernardo Ginestal Machado Monteiro Albuquerque
Miguel João Pisoeiro de Freitas
Nelson Madeira Baltazar
Nuno André Araújo dos Santos Reis e Sá
Nuno Mário da Fonseca Oliveira Antão
Osvaldo Alberto Rosário Sarmento e Castro
Paula Cristina Barros Teixeira Santos
Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte
Paula Cristina Nobre de Deus
Pedro Manuel Farmhouse Simões Alberto
Pedro Nuno de Oliveira Santos
Renato Luís de Araújo Forte Sampaio
Renato Luís Pereira Leal
Ricardo Jorge Teixeira de Freitas
Ricardo Manuel de Amaral Rodrigues
Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves
Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz
Rosalina Maria Barbosa Martins
Rui António Ferreira da Cunha
Sandra Marisa dos Santos Martins Catarino Costa
Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes
Susana de Fátima Carvalho Amador
Teresa Maria Neto Venda
Victor Manuel Bento Baptista
Vitalino José Ferreira Prova Canas
Vítor Manuel Pinheiro Pereira
Vítor Manuel Sampaio Caetano Ramalho

Partido Social Democrata (PSD):

Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso
António Alfredo Delgado da Silva Preto
António Joaquim Almeida Henriques
Carlos Alberto Garcia Poço
Carlos Alberto Pinto
Carlos Alberto Silva Gonçalves

Carlos Jorge Martins Pereira
Carlos Manuel de Andrade Miranda
Domingos Duarte Lima
Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco
Emídio Guerreiro
Fernando dos Santos Antunes
Fernando Mimoso Negrão
Fernando Santos Pereira
Gonçalo Nuno Mendonça Perestrelo dos Santos
Hermínio José Sobral Loureiro Gonçalves
Hugo José Teixeira Velosa
Jaime Carlos Marta Soares
João Bosco Soares Mota Amaral
Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte
Jorge José Varanda Pereira
Jorge Manuel Lopes Moreira da Silva
Jorge Tadeu Correia Franco Morgado
José Luís Fazenda Arnaut Duarte
José Manuel Amaral Lopes
José Manuel de Matos Correia
José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro
José Manuel Pereira da Costa
José Mendes Bota
José Pedro Correia de Aguiar Branco
José Raúl Guerreiro Mendes dos Santos
Luís Álvaro Barbosa de Campos Ferreira
Luís Filipe Alexandre Rodrigues
Luís Filipe Carloto Marques
Luís Filipe Montenegro Cardoso de Morais Esteves
Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes
Luís Miguel Pais Antunes
Manuel Filipe Correia de Jesus
Manuel Joaquim Dias Loureiro
Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas
Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro
Mário da Silva Coutinho Albuquerque
Mário Patinha Antão
Melchior Ribeiro Pereira Moreira
Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas
Miguel Jorge Pignatelli de Ataíde Queiroz
Miguel Jorge Reis Antunes Frasquilho
Nuno Maria de Figueiredo Cabral da Câmara Pereira
Pedro Miguel de Azeredo Duarte
Pedro Quartin Graça Simão José
Regina Maria Pinto da Fonseca Ramos Bastos
Ricardo Jorge Olímpio Martins
Rui Manuel Lobo Gomes da Silva
Vasco Manuel Henriques Cunha
Zita Maria de Seabra Roseiro

Partido Comunista Português (PCP):

Abílio Miguel Joaquim Dias Fernandes
Agostinho Nuno de Azevedo Ferreira Lopes
António Filipe Gaião Rodrigues
Artur Jorge da Silva Machado
Bernardino José Torrão Soares
Francisco José de Almeida Lopes
José Batista Mestre Soeiro
José Honório Faria Gonçalves Novo
Maria Luísa Raimundo Mesquita
Miguel Tiago Crispim Rosado

Partido Popular (CDS-PP):

João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo
 João Rodrigo Pinho de Almeida
 José Miguel Nunes Anacoreta Correia
 José Paulo Ferreira Areia de Carvalho
 Luís Pedro Russo da Mota Soares
 Nuno Miguel Miranda de Magalhães
 Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia
 Teresa Margarida Figueiredo Vasconcelos Caeiro

Bloco de Esquerda (BE):

Alda Maria Gonçalves Pereira Macedo
 Ana Isabel Drago Lobato
 Fernando José Mendes Rosas
 Francisco Anacleto Louçã
 Helena Maria Moura Pinto
 João Miguel Trancoso Vaz Teixeira Lopes
 Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda
 Mariana Rosa Aiveca Ferreira

Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV):

Francisco Miguel Baudoim Madeira Lopes
 Heloísa Augusta Baião de Brito Apolónia

O Sr. **Presidente** (Manuel Alegre): — Srs. Deputados, a Sr.^a Secretária vai proceder à leitura do expediente.

A Sr.^a **Secretária** (Maria Carrilho): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, deram entrada na Mesa, e foram admitidos, os projectos de lei n.^{os} 54/X — Regula a organização de atribuição de graus académicos no Ensino Superior, em conformidade com o processo de Bolonha, incluindo o sistema europeu de créditos (CDS-PP) e 55/X — Lei de Bases da Educação (PSD), que baixaram à 8.^a Comissão.

No que se refere às eleições realizadas ontem para os diversos órgãos externos à Assembleia da República, verificaram-se os seguintes resultados:

Relativamente à Delegação da Assembleia da República à Assembleia Parlamentar Euro-Mediterrânea, verificou-se o seguinte resultado:

Votaram 197 Deputados, tendo-se registado 150 votos «sim», 35 votos brancos e 12 votos nulos, pelo que declaram-se eleitos os seguintes membros: como membros efectivos, José Apolinário Nunes Portada (PS), Fernando Mimoso Negrão (PPD/PSD) e José Luís Pereira Carneiro (PS) e, como membros suplentes, Agostinho Moreira Gonçalves (PS) e Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso (PPD/PSD).

Relativamente ao Conselho Superior da Magistratura, verificou-se o seguinte resultado:

Votaram 197 Deputados, tendo-se registado 146 votos «sim», 42 votos brancos e 9 votos nulos, pelo que declaram-se eleitos os seguintes membros: como membros efectivos, Carlos Manuel Figueira Ferreira de Almeida (PS), João Calvão da Silva (PPD/PSD), Luís Augusto Máximo dos Santos (PS), Vítor Manuel Pereira de Faria (PS), Eduardo Vera-Cruz Pinto (PPD/PSD), Alexandra Ludomila Ribeiro Fernandes Leitão (PS) e José Luís Moreira da Silva (PPD/PSD) e, como membros suplentes, Rui Filipe Serra Serrão Patrício (PS), Pedro Alexandre Vicente de Araújo Lomba (PPD/PSD) e Eduardo Jorge Glória Quinta Nova (PS).

Relativamente ao Conselho de Gestão do Centro de Estudos Judiciários, verificou-se o seguinte resultado:

Votaram 197 Deputados, tendo-se registado 148 votos «sim», 39 votos brancos e 10 votos nulos, pelo que declaram-se eleitos os seguintes membros: como membros efectivos, Vitalino José Ferreira Prova Canas (PS) e Pedro Manuel de Melo Pais de Vasconcelos (PPD/PSD) e, como membro suplente, António Ribeiro Gameiro (PS).

Relativamente ao Conselho Superior do Ministério Público, verificou-se o seguinte resultado:

Votaram 197 Deputados, tendo-se registado 157 votos «sim», 30 votos brancos e 10 votos nulos, pelo que declaram-se eleitos os seguintes membros: como membros efectivos, Rui Carlos Pereira (PS), Filipe Madeira Marques Fraústo da Silva (PPD/PSD), Eduardo Manuel Hintze da Paz Ferreira (PS), João José Garcia Correia (PS) e António José Barradas Leitão (PPD/PSD) e, como membros suplentes, Ricardo Manuel de Amaral Rodrigues (PS), José Eduardo Rego Mendes Martins (PPD/PSD) e Maria Gabriela Certã Ventura (PS).

Relativamente à Representação Portuguesa na Assembleia do Atlântico Norte, verificou-se o seguinte resultado:

Votaram 197 Deputados, tendo-se registado 154 votos «sim», 33 votos brancos e 10 votos nulos, pelo que declaram-se eleitos os seguintes membros: como membros efectivos, José Manuel Lello Ribeiro de Almeida (PS), Rui Manuel Lobo Gomes da Silva (PPD/PSD), Júlio Francisco Miranda Calha (PS), António Alves Marques Júnior (PS), Manuel Filipe Correia de Jesus (PPD/PSD), Vitalino José Ferreira Prova Canas (PS) e Henrique José Praia da Rocha de Freitas (PPD/PSD) e, como membros suplentes, José Carlos Correia Mota de Andrade (PS), Renato Luís de Araújo Forte Sampaio (PS), Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto (PPD/PSD), Luiz Manuel Fagundes Duarte (PS), Maria Jesuína Carrilho Bernardo (PS), Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte (PPD/PSD) e António Ramos Preto (PS).

Relativamente à Representação Portuguesa na Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa e, por inerência, da União da Europa Ocidental, verificou-se o seguinte resultado:

Votaram 197 Deputados, tendo-se registado 169 votos «sim», 25 votos brancos e 3 votos nulos, pelo que declaram-se eleitos os seguintes membros: como membros efectivos, Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues (PS), João Bosco Soares Mota Amaral (PPD/PSD), José Eduardo Vera Cruz Jardim (PS), Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina (PS), José Luís Fazenda Arnaut Duarte (PPD/PSD), Guilherme Valdemar d'Oliveira Martins (PS) e José Mendes Bota (PPD/PSD) e, como membros suplentes, Alberto de Sousa Martins (PS), Maria Manuela de Macedo Pinho e Melo (PS), José António Freire Antunes (PPD/PSD), Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos (PS), Ana Catarina Veiga Santos Mendonça Mendes (PS), Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia (CDS-PP) e Abílio Miguel Joaquim Dias Fernandes (PCP).

Relativamente à Delegação da Assembleia da República à União Interparlamentar, verificou-se o seguinte resultado:

Votaram 197 Deputados, tendo-se registado 151 votos «sim», 34 votos brancos e 12 votos nulos, pelo que declaram-se eleitos os seguintes membros: como membros efectivos, Fernando Manuel dos Santos Gomes (PS), Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva (PPD/PSD), Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz (PS), José Carlos das Dores Zorrinho (PS), Marco António Ribeiro dos Santos Costa (PPD/PSD), Joaquim Augusto Nunes de Pina Moura (PS), Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco (PPD/PSD) e João Cardona Gomes Cravinho (PS) e, como membros suplentes, Rui do Nascimento Rabacá Vieira (PS), Melchior Ribeiro Pereira Moreira (PPD/PSD) e Miguel Bernardo Ginestal Machado Monteiro Albuquerque (PS).

Relativamente à Delegação da Assembleia da República à Assembleia da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), verificou-se o seguinte resultado:

Votaram 197 Deputados, tendo-se registado 160 votos «sim», 27 votos brancos e 10 votos nulos, pelo que declaram-se eleitos os seguintes membros: como membros efectivos, João Barroso Soares (PS), José Manuel de Matos Correia (PPD/PSD), Osvaldo Alberto Rosário Sarmento e Castro (PS), Luís Garcia Braga da Cruz (PS), António Joaquim Almeida Henriques (PPD/PSD) e Marcos da Cunha e Lorena Perestrello de Vasconcelos (PS) e, como membros suplentes, Jorge Tadeu Correia Franco Morgado (PPD/PSD) e José Batista Mestre Soeiro (PCP).

Relativamente à Delegação da Assembleia da República à Assembleia Interparlamentar do Fórum dos Parlamentos de Língua Portuguesa, verificou-se o seguinte resultado:

Votaram 197 Deputados, tendo-se registado 161 votos «sim», 26 votos brancos e 10 votos nulos, pelo que declaram-se eleitos os seguintes membros: como membros efectivos, Vítor Manuel Sampaio Caetano Ramalho (PS), José Pedro Coreia de Aguiar Branco (PPD/PSD), Maria Celeste Lopes da Silva Correia (PS), Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho (PS) e Feliciano José Barreiras Duarte (PPD/PSD) e, como membros suplentes, Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro (PS), Carlos Manuel de Andrade Miranda (PPD/PSD), Maria Matilde Pessoa de Magalhães Figueiredo de Sousa Franco (PS), Maria Luísa Raimundo Mesquita (PCP) e Jorge José Varanda Pereira (PPD/PSD).

É tudo, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Manuel Alegre): — Desejo felicidades aos eleitos no desempenho das suas missões. Srs. Deputados, a ordem do dia da sessão de hoje consta de perguntas ao Governo.

A primeira pergunta, sobre o rebaixamento da linha férrea em Espinho, será respondida pela Sr.^a Secretária de Estado dos Transportes.

Para formular a pergunta, em nome do PSD, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Montenegro.

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^a Secretária de Estado dos Transportes, começo por a cumprimentar e por lhe desejar felicidades no exercício das suas funções, até porque V. Ex.^a é, porventura, o membro do Governo em quem os espinhenses mais expectativas depositam. E vou dizer-lhe porquê.

Está em curso no terreno, por decisão do anterior governo, a obra de rebaixamento da linha férrea no concelho de Espinho. É inútil e redundante, nesta oportunidade, recordar a importância deste empreendimento. Quero apenas dizer-lhe o seguinte: trata-se do mais relevante e vultuoso investimento da administração central alguma vez realizado no concelho de Espinho — 60 milhões de euros de investimento, um terço dos quais suportado pelo erário municipal. É uma obra estruturante, que marcará

indelevelmente o futuro do concelho de Espinho.

A questão que lhe quero colocar é a seguinte: a grandeza, a dimensão e as repercussões desta obra podem, e podem verdadeiramente, no caso de mau planeamento e defeitos no projecto de execução, transformá-la num retrocesso irreversível. Porque, Sr. Secretária de Estado e Srs. Deputados, uma obra grande e um projecto estratégico podem constituir-se, se ocorrerem erros evitáveis e dispensáveis, num obstáculo ao desenvolvimento. É isso que está a acontecer, é esse o risco que estamos a correr.

É que, não obstante toda a colaboração da administração da REFER, que quero aqui salientar e enaltecer, os efeitos negativos do projecto de execução, ocultados até agora pela câmara municipal, estão já a fazer-se sentir, e nós, PSD, entendemos que ainda há tempo de os evitar. O que está a acontecer é que o túnel previsto, de 950 m de comprimento, e os muros de segurança e de isolamento acústico, mormente a sul da intervenção, no Bairro da Marinha, zona excepcionalmente densa, são insustentáveis e a razão invocada para não prolongar a sul o comprimento do túnel é muito discutível.

O que se pretende agora é, tão-só, reclamar que o Governo conheça a situação, aliás alvo de grande contestação popular, e que aja em conformidade com esse conhecimento. Como? Procedendo à análise técnica da eventualidade de prolongar a sul o túnel, desviando ou mesmo entubando a linha de água que é invocada como argumento para que tal não suceda.

Pretende-se também reclamar do Governo a sua disponibilidade para, em fase de projecto de execução, com as partes envolvidas, corrigir erros que, como já disse, podem transformar este investimento numa oportunidade perdida. Há uma ameaça real e fundada. Pergunto, Sr.^a Secretária de Estado, se o Governo, através da REFER, está disponível, numa obra que marca o desenvolvimento por muito tempo do concelho de Espinho, para proceder às alterações que se impõem nesta oportunidade, para estudar a eventualidade dessas alterações e para evitar que as consequências negativas de um tão vultuoso investimento para o desenvolvimento de uma terra possam existir.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Manuel Alegre): — Para responder, tem a palavra a Sr.^a Secretária de Estado dos Transportes.

A Sr.^a **Secretária de Estado dos Transportes** (Ana Paula Vitorino): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Fui eleita Deputada à Assembleia da República nesta Legislatura, mas o facto de ter sido chamada a exercer funções governativas faz com que esta seja a primeira vez que uso da palavra nesta Câmara, o que constitui para mim uma grande honra. Quero, por isso, apresentar os meus cumprimentos ao Sr. Presidente e a todos os Srs. Deputados.

Sr. Deputado Luís Montenegro, agradeço muito a sua questão, porque nos dá oportunidade de prestar esclarecimentos sobre um importante investimento público que irá contribuir, seguramente, para a melhoria da qualidade de vida da população de Espinho.

No entanto, sabendo que o Sr. Deputado é vereador da Câmara Municipal de Espinho há largos anos e que, antes disso, pertencia à Assembleia Municipal,...

O Sr. **Hermínio Loureiro** (PSD): — Está bem informada!

A **Oradora**: — ... não posso deixar de manifestar a minha estranheza por só agora apresentar as suas preocupações, tanto mais que, em Agosto de 2003, o Sr. Deputado elogiou publicamente o governo do seu partido por desbloquear o processo concursal desta empreitada, que ele próprio tinha bloqueado durante mais de um ano.

Vozes do PS: — Bem lembrado!

A **Oradora**: — Sr. Deputado, sabemos ambos que a obra em curso é exactamente a mesma que na altura elogiou.

A Sr.^a **Rosa Maria Albernaz** (PS): — E votou!

A **Oradora**: — Em 1999, o governo do Partido Socialista e a Câmara Municipal de Espinho promoveram o lançamento de todo este processo, através da assinatura de um protocolo com a REFER; em 2001, foi aberto o concurso público internacional para a execução da obra; em 2002, com o governo do PSD, a nova administração da REFER por ele nomeada suspendeu o processo,...

A Sr.^a **Rosa Maria Albernaz** (PS): — Valente de Oliveira!

A **Oradora**: — ... que só veio a ser desbloqueado em Julho de 2003; e a primeira consignação da obra

só foi feita em Fevereiro de 2004 e a segunda em Março de 2005.

No contrato assinado em Julho de 2003 estavam claramente definidos todos os pormenores da obra que iria ser executada, a mesma obra que o Sr. Deputado, como vereador, elogiou.

Relativamente às questões colocadas, também sabemos ambos que o desnivelamento está limitado pela existência de duas ribeiras. O projecto inicial era mais extenso, mas questões de segurança da população e de toda aquela zona, que é uma zona costeira sensível, obrigaram a que fosse encurtada a intervenção. Também sabemos ambos que a tubagem que pudesse ser posta para encanar aquelas ribeiras levantaria problemas gravíssimos de segurança, porque se trata de ribeiras com um caudal instável e variável.

Portanto, Sr. Deputado, não vejo qualquer razão...

O Sr. **Presidente** (Manuel Alegre): — Queira concluir, Sr.^a Secretária de Estado.

A **Oradora**: — De qualquer forma, quero dizer-lhe que, como este é um Governo que executa e não altera os projectos todos os dias, terei todo o prazer em, no final de 2006, contar com a presença do Sr. Deputado na inauguração.

Applausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Manuel Alegre): — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Montenegro.

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^a Secretária de Estado, registei o estudo que fez das várias intervenções que produzi ao longo do tempo sobre esta matéria, mas quero dizer-lhe o seguinte: não estou, de facto, satisfeito com a resposta que aqui nos deu, aliás preparada antecipadamente e, portanto, não tendo em vista a questão concreta que lhe coloquei.

Não vou discutir a história de todo este projecto, porque ela é conhecida. Sabemos que houve dificuldades, sabemos que houve a necessidade de tomar decisões e sabemos que essas decisões foram tomadas no âmbito do governo anterior. Mas não quero aqui «puxar a brasa a essa sardinha».

A questão que lhe quis colocar e que não vi respondida, Sr.^a Secretária de Estado, é a seguinte: a decisão política de proceder ao rebaixamento da linha férrea foi tomada. O projecto de execução tem debilidades que são assumidas e percebidas por toda a gente, inclusive pelos responsáveis municipais que pertencem ao seu partido. A falta de informação tem marcado o decurso deste empreendimento: as pessoas, designadamente os autarcas, não foram informadas. O Presidente da Junta de Freguesia de Silvalde (onde se enquadra o bairro da Marinha, a que aludi na minha pergunta), que é do Partido Socialista, declarou publicamente — tenho comigo o recorte do jornal e, se quiser, posso entregar-lho — que nunca foi informado pela Câmara Municipal, que também é liderada pelo seu partido, acerca do impacto negativo que o projecto tem nesta zona.

O Sr. **Presidente** (Manuel Alegre): — Queira concluir, Sr. Deputado.

O **Orador**: — Vou concluir, Sr. Presidente.

Mais: a Sr.^a Secretária de Estado disse que ambos conhecíamos, mas declaro que não conheço, pois não está demonstrado que, tecnicamente, seja inviável evitar o erro que se está a cometer e que seja inviável, com segurança, proceder ao entubar daquela linha de água.

O Sr. **Presidente** (Manuel Alegre): — Tem de concluir, Sr. Deputado. Sou obrigado a cumprir o Regimento.

O **Orador**: — Vou terminar, Sr. Presidente.

Até porque noutros locais do curso da mesma ribeira há, de facto, a passagem em tubo da mesma linha de água.

O Sr. **Presidente** (Manuel Alegre): — Para formular um pedido de esclarecimento adicional, tem a palavra a Sr.^a Deputada Rosa Maria Albernaz.

A Sr.^a **Rosa Maria Albernaz** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^a Secretária de Estado dos Transportes, começo por cumprimentá-la por ser a primeira vez que vem a esta Casa.

Também pela primeira vez são levantados, nesta Câmara, problemas a uma obra considerada pelos espinhenses como a obra do século, o sonho de dezenas de anos, pois a linha férrea divide a cidade de Espinho.

O rebaixamento da linha é uma obra orçada em 12 milhões de contos, comparticipados em 8 milhões

pela REFER e em 4 milhões pela autarquia, o que representa um esforço extraordinário para um pequeno concelho como o de Espinho.

Esta batalha iniciou-se em 1995 — a decisão não é do anterior governo. O protocolo foi assinado em 1999 e deve-se ao ex-ministro João Cravinho. Rapidamente, avançou-se para a elaboração e abertura do concurso internacional que foi feito pelo Sr. Presidente da REFER e ex-secretário de Estado Rui Cunha.

Existiram problemas, porque é uma obra complicada e difícil, com duas condicionantes: a norte, o ribeiro de Mochão e, a sul, a ribeira de Silvalde.

O Sr. Deputado Luís Montenegro conhece perfeitamente o projecto, porque o votou na Câmara Municipal de Espinho.

Sr.^a Secretária de Estado, o Sr. Deputado do PSD está nesta Casa há três anos e nunca levantou esta questão. Nunca!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — Levantei várias vezes! A Sr.^a Deputada é que nunca o fez!

A **Oradora**: — O Sr. Deputado do PSD é vereador da Câmara Municipal de Espinho há oito anos, tendo votado este projecto tal e qual como está a ser executado, juntamente com outro Sr. Vereador do PSD,...

O Sr. **Presidente** (Manuel Alegre): — Tem de concluir, Sr.^a Deputada.

A **Oradora**: — ... o Dr. Correia de Araújo, que elogiou esta obra, dizendo que se devia ao trabalho do Presidente da Câmara.

O Sr. **Presidente** (Manuel Alegre): — Muito obrigado, Sr.^a Deputada.

A **Oradora**: — Só um segundo, Sr. Presidente.

O Sr. Deputado fala em isolamento. Isolamento era o que se vivia em Espinho naquela zona, com falta de casas, com barracas, que agora não existem.

O Sr. **Presidente** (Manuel Alegre): — Terminou o seu tempo, Sr.^a Deputada.

A **Oradora**: — Talvez seja por causa das eleições autárquicas que o Sr. Deputado tenha agora inventado este bloqueamento ao projecto, que é o sonho dos espinhenses.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Manuel Alegre): — Os Srs. Deputados dispõem de 1 minuto e 30 segundos para formular pedidos de esclarecimento adicionais. Sou obrigado a cumprir o Regimento e não abro exceções para ninguém.

Peço, pois, a todos que, quando anunciar que o tempo terminou, os Srs. Deputados façam o favor de acatar.

Para formular um pedido de esclarecimento adicional, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Machado.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^a Secretária de Estado dos Transportes, a questão que o Sr. Deputado Luís Montenegro coloca, relativa ao enterramento da linha férrea na zona sul da cidade de Espinho, é efectivamente justa e é uma reivindicação da população.

A pergunta que se deve manter e que a Sr.^a Secretária de Estado deve esclarecer é no sentido de saber se tal reivindicação irá ser concretizada.

Contudo, Sr. Deputado Luís Montenegro, lembro-lhe que esta questão não é velha na Assembleia Municipal nem na Câmara Municipal de Espinho. Esta questão já foi colocada, no mínimo, três vezes pela CDU na Assembleia Municipal e o seu partido já teve oportunidade de se pronunciar sobre ela. E como é que votou o PS? Contra. Como é que votou o PSD? Contra. Sempre criticaram a CDU por ter uma postura reivindicativa em prol da população e agora vêm mudar de opinião e alterar o discurso que tinham há vários anos, atacando, inclusivamente, a CDU por reivindicar esta justa aspiração das populações.

Sr. Deputado, a questão que se coloca é no sentido de saber que luz é que o iluminou para ter alterado a sua posição. A resposta é fácil: é que o Sr. Deputado é candidato à Câmara Municipal de Espinho, precisando agora dos votos daquela população para conseguir um resultado eleitoral favorável.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Essa é que é essa!

O **Orador**: — É esse o motivo populista que o move e que o leva a colocar hoje, aqui, esta questão, porque sempre votou contra.

Vozes do PCP e de Os Verdes: — Muito bem!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares** (Augusto Santos Silva): — É verdade!

O Sr. **Presidente** (Manuel Alegre): — Tem a palavra, para formular um pedido de esclarecimento adicional, o Sr. Deputado Nuno Magalhães.

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^a Secretária de Estado dos Transportes, cumprimento-a por ser a primeira vez que está nesta Casa, desejando-lhe as maiores felicidades no desempenho das suas funções.

Com toda a tranquilidade e serenidade, gostaria de realçar a oportunidade e a pertinência desta questão, trazida pelo Sr. Deputado Luís Montenegro. De facto, o rebaixamento da via férrea na cidade de Espinho é, como todos sabem, um projecto conjunto da Câmara Municipal de Espinho e da REFER e que é absolutamente fundamental para a cidade e para o concelho de Espinho, nomeadamente porque, após a sua conclusão, será possível libertar os terrenos ocupados actualmente pelo caminho-de-ferro e permitir o continuar da malha urbana de Espinho, implantando zonas de lazer e espaços verdes, para além de outros objectivos não menos importantes.

A questão que se coloca não está — e o projecto tem um valor suficientemente alto, de cerca de 60 milhões de euros — nas posições assumidas anteriormente pelas várias forças partidárias ou no facto de se irem realizar eleições autárquicas; a questão está no bem-estar de Espinho e dos espinhenses. Trata-se de um projecto há muito desejado e ambicionado.

Sabemos que há determinados aspectos, Sr.^a Secretária de Estado, que importa verificar, nomeadamente divergências de interpretação ao nível do protocolo. Já nos respondeu que esses aspectos não irão atrasar o prazo previsto para a conclusão da obra, que será no final de 2006 — inclusivamente, convidou o Sr. Deputado Luís Montenegro para estar presente na inauguração.

O que o Grupo Parlamentar do CDS-PP gostaria de saber é se estas divergências, nomeadamente as relativas à interpretação desse mesmo protocolo, já estão ultrapassadas e se nos pode garantir, neste Parlamento, que a obra irá ficar concluída até ao final de 2006.

O Sr. **Presidente** (Manuel Alegre): — Para responder, tem agora a palavra a Sr.^a Secretária de Estado dos Transportes. Dispõe de 10 minutos.

A Sr.^a **Secretária de Estado dos Transportes**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, julgo que a campanha eleitoral para as autarquias não deverá ser feita na Assembleia da República...

A Sr.^a **Rosa Maria Albernaz** (PS): — Tal e qual!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Mas costuma ser!

A **Oradora**: — ... mas, sim, nos municípios.

De qualquer forma, há alguns esclarecimentos que queria dar.

Relativamente à extensão do enterramento da via férrea em Espinho, devo dizer que ela resulta, muito claramente, de análises de impacte ambiental e de negociações com o Instituto da Água. Precisamente porque, de uma forma geral, os investimentos públicos, e este em particular, devem ser realizados no sentido da defesa do interesse público e da qualidade de vida dos cidadãos, é que a REFER e o Instituto da Água chegaram a acordo no sentido de que esta obra não deveria interferir com os cursos de água. E por quê? Porque não se tratava só de uma questão de montante do investimento mas, tão simplesmente, do risco elevadíssimo que existiria de cheias para a população e, sobretudo, de contacto entre o caudal do rio e a via férrea, o que podia provocar, inclusive, mortes.

Trata-se, pois, de uma questão técnica que foi discutida entre a REFER, o Instituto da Água e as autoridades ambientais e que levou à definição do projecto que, repito, foi aprovado no protocolo de 2003. Julgo que deveremos respeitar esta questão técnica, porque vai favorecer a qualidade de vida dos cidadãos...

A Sr.^a **Rosa Maria Albernaz** (PS): — Muito bem!

A **Oradora**: — ... e obviar a eventuais perigos gravíssimos que podiam pôr em risco vidas humanas.

Nessa medida, julgo que não deveremos insistir na concretização de obras que possam pôr em risco a vida dos cidadãos.

Relativamente a outro tipo de impactos, como os acessos, o que se passa é que, com esta solução de desnívelamento, será garantida uma travessia facilitada à superfície de pessoas e de veículos...

A Sr.^a **Rosa Maria Albernaz** (PS): — Tal e qual!

A Oradora: — ... e, nas zonas em que vão existir rampas, essas travessias vão ser substituídas por passagens desniveladas e, inclusive, por um elevador.

Portanto, Sr.^{as} e Srs. Deputados, aquilo que está aqui em causa é saber se levamos para a frente um empreendimento que custa dinheiro público para favorecer as pessoas ou se vamos criar atrasos que, sabemos à partida, irão promover o risco e a insegurança das populações.

Applausos do PS.

Nessa medida, julgo que todos nos sentiremos confortáveis em levar para a frente este projecto, em prol da qualidade de vida dos cidadãos de Espinho, respeitando aquilo que tecnicamente é analisado e que vai ultrapassar e mitigar quaisquer eventuais riscos.

Applausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Manuel Alegre): — Srs. Deputados, a segunda pergunta, relativa ao negócio dos CTT com a Iberdrola com vista à venda, nos seus balcões, de contratos de fornecimento de energia eléctrica e à reabertura, ou não, do concurso para distribuição das licenças para construção e exploração de novos centros de produção de energia eléctrica, será formulada pelo Sr. Deputado Agostinho Lopes, do Grupo Parlamentar do PCP, e respondida pelo Sr. Secretário de Estado Adjunto da Indústria e da Inovação.

Tem a palavra, Sr. Deputado Agostinho Lopes.

O Sr. **Agostinho Lopes** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado Adjunto da Indústria e da Inovação, encaminhamo-nos, hoje, para uma nova reestruturação ou, melhor, desestruturação do sector energético português. A concretizar-se, será a quarta no espaço de pouco mais de uma década: duas da responsabilidade de governos do PSD e, a avançar a anunciada pelo Sr. Ministro da Economia, duas da responsabilidade de governos do PS.

Temos de convir, Sr. Secretário de Estado, que é reestruturação a mais.

É o resultado de sucessivas tentativas para aplicar receitas neoliberais no sector energético português, sempre acompanhadas de promessas de tarifas mais baixas, melhores serviços e capitalismo popular. O resultado está à vista: tarifas mais caras — das mais caras da União Europeia —, serviços cada vez mais longe das populações e cada vez menos capitalismo popular.

Quanto custaram ao erário público estas sucessivas reestruturações em consultoria, em publicidade e *marketing*, em indemnizações a gestores despedidos, etc.? Seguramente, milhões de contos.

Mas tanto ou mais grave são as excessivas mudanças, quando não rupturas, de estratégia de desenvolvimento das estruturas empresariais: as paralisações, as indefinições, as viragens de 180º de orientações. Custos enormes para um País que sofre de um conhecido e estrutural défice energético e de bem conhecidas dificuldades orçamentais.

Sr. Secretário de Estado, encontramo-nos presentemente num desses períodos de indefinição estratégica. O Governo não quis responder à nossa primeira proposta de pergunta para hoje, que era, exactamente, saber o que pretendia para a futura estrutura accionista do sector. O Sr. Ministro, ontem, em entrevista, declarou que anunciará a nova arrumação do sector energético quando tiver ideias definitivas.

Sr. Ministro, por favor, procure acelerar a definição das suas ideias, ou vai limitar-se a abençoar o modelo energético que os grupos de capitalistas nacionais e estrangeiros tiverem configurado, conforme os seus interesses.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Exactamente!

O **Orador**: — São notícias recentes, pelo menos, três assuntos: a vontade da Iberdrola de caminhar para a produção de energia eléctrica com a Galp, o que coincidiria com a tese do Primeiro-Ministro e do Governo de estabelecer a concorrência EDP/Galp na produção de energia eléctrica; a notícia de que a Iberdrola reclama da distribuição de licenças para centrais de ciclo combinado, decididas pelo anterior governo no dia 21 de Fevereiro, apesar de já ter sido contemplada com 420 MW na Figueira da Foz; e a notícia de que a administração dos CTT, já fora de prazo, fez um contrato com a Iberdrola para vender, aos seus balcões, contratos de energia para consumidores domésticos.

Em primeiro lugar, pergunto: vai o Governo rever e reconsiderar a distribuição das licenças das centrais de ciclo combinado desfeitas pelo anterior governo? Com que critérios o vai fazer? Vai ser dada satisfação à reclamação da Galp, da Iberdrola e da empresa Gás Natural?

Segunda pergunta: teve o Governo conhecimento prévio do negócio Iberdrola/CTT? Autorizou-o?

O Sr. **Presidente** (Manuel Alegre): — Tem de concluir, Sr. Deputado.

O **Orador**: — Se não o fez, por que é que não desautorizou imediatamente a administração dos CTT?

Vai o Governo procurar reverter este contrato?

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (Manuel Alegre): — Para responder, em nome do Governo, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado Adjunto, da Indústria e da Inovação.

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto, da Indústria e da Inovação** (António Castro Guerra): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Agostinho Lopes, V. Ex.^a acusou o Governo de ser o actor de uma terceira reestruturação do sector energético.

O Sr. **Agostinho Lopes** (PCP): — Quarta!

O **Orador**: — Corrijo: de uma quarta reestruturação.

Vale a pena dizer, em resposta a essa observação de fundo, que porventura tudo isso aconteceu porque se teve pressa na definição de soluções. E o povo diz que «quem tem pressa corre o risco de os seus filhos nascerem cegos».

Por isso mesmo, o que está em causa é, em definitivo, a concepção de um modelo energético que traga concorrência ao mercado em benefício dos consumidores, garantindo aos operadores capacidade de correr não só no mercado nacional mas também no mercado ibérico.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Responda às perguntas concretas!

O **Orador**: — A seu tempo será dado conhecimento de qual o modelo adoptado para o sector energético. De resto, foi isto que o Sr. Ministro disse ontem em entrevista ao jornal *Público*.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Já sabemos isso! Vamos às perguntas concretas!

O **Orador**: — Passarei a responder às duas questões que colocou sobre o ciclo combinado e o negócio entre a Iberdrola e os CTT, começando por esta última.

Porventura, o Sr. Deputado errou o alvo. Em todo o caso, dir-lhe-ei que o negócio realizado entre os CTT e a Iberdrola será analisado oportunamente, em sede própria, considerando os princípios da transparência, da equidade e do respeito pela lei. A próxima administração dos CTT clarificará esta questão, que será esclarecida em sede própria.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Já é um facto consumado!

O **Orador**: — Não é, não!

Quanto à questão relativa à atribuição de licenças para o ciclo combinado, devo dizer que foi feita depois da dissolução deste Parlamento, altura em que havia eleições marcadas, por conseguinte num tempo absolutamente inoportuno para se tomar decisões nesta matéria.

O que posso dizer-lhe é que quem se sentiu lesado neste processo de atribuição de licenças fez o recurso hierárquico que lhe é permitido nos termos da lei. Esses recursos hierárquicos estão a ser analisados e aqui lhe garanto que os argumentos aduzidos estão a ser ponderados e que, seguramente, a legalidade desse acto será apreciada pelo gabinete do Sr. Ministro da Economia e da Inovação, que, em conformidade, tomará uma decisão em tempo oportuno.

O Sr. **Presidente** (Manuel Alegre): — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Agostinho Lopes.

O Sr. **Agostinho Lopes** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado Adjunto, da Indústria e da Inovação, o senhor falou em povo, por isso permita-me que lhe responda com dois aforismos populares.

Primeiro aforismo: «À mulher de César não lhe basta parecer séria». Tudo o que vai sendo noticiado indicia o «talhar de um fato» feito à medida da Iberdrola. Se não é assim, o Governo que nos esclareça, por favor.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Exactamente!

O **Orador**: — Mas, atenção, porque os antecedentes do PS na matéria em causa não são bons. Ou será preciso recordar a história da entrada da ENI e da Iberdrola no capital da Galp, que mereceu desta Assembleia um inquérito parlamentar?

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O **Orador**: — Segundo aforismo: «Quando se metem raposas na capoeira fica-se sem galinhas».

Risos do PCP e de Os Verdes.

E o Governo, no seguimento de governos anteriores, está a meter muitas «raposas» na «capoeira» do sector energético português.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O **Orador**: — Era bom que reflectissem sobre esta situação e que não continuassem a divulgar a profunda ilusão, ou a autêntica mistificação, de que todos os países da União Europeia se mantêm impávidos e serenos perante a invasão dos seus mercados por produtores ou concorrentes exteriores, que todos são respeitadores da dita livre concorrência no mercado europeu e mundial, porque todos sabemos que quanto mais poderosos são os Estados mais depressa e melhor violam as regras.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. **Presidente** (Manuel Alegre): — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Braga da Cruz.

O Sr. **Luís Braga da Cruz** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado Adjunto, da Indústria e da Inovação, começo por saudá-lo por ser a primeira vez que vem a esta Câmara.

Gostaria de começar por referir que falou bem quando disse que o modelo que é necessário construir tem de ter condições de mercado, e de mercado alargado, aludindo ao mercado ibérico.

Estou particularmente à vontade, porque no XIV Governo tive o privilégio de assinar em Espanha, em nome do governo português, o acordo de criação do Mercado Ibérico da Electricidade (MIBEL), com o então ministro espanhol Rodrigo Rato.

Aproveitaria para lhe pedir que fizesse uma precisão. É importante referir que a actual crescente procura de energia leva a que sejam necessários, em média, por ano, um grupo de 400 MW. Ora, como o terceiro grupo, o do Carregado, o único em fase de construção, poderá entrar em exploração no início de 2006 será necessário decidir com urgência sobre a futura estrutura do sistema electroprodutor, para que não haja rupturas no sistema de abastecimento.

Também é indispensável esclarecer o futuro do MIBEL, isto é, quando é que se poderá transaccionar energia num mercado, numa pool, em Portugal. Seria importante que se abrissem os contratos de aquisição de energia e que as entidades ficassem livres para poderem colocar num sistema de mercado não vinculado a energia por elas produzida.

Hoje, a legislação já está preparada, há aprovação da Comissão Europeia para estabelecer os acordos de cessação desses contratos, só faltando pôr em vigor a pool para poder escoar a energia produzida em Portugal.

O Sr. **Presidente** (Manuel Alegre): — Tem de concluir, Sr. Deputado.

O **Orador**: — Vivemos uma situação quase atípica: há energia produzida em Portugal que não pode ser colocada no mercado e, em contrapartida, há entidades que comercializam energia em Portugal que não a produzem cá e que estão a importá-la de Espanha. Gostaria que comentasse isto, Sr. Secretário de Estado.

O Sr. **Presidente** (Manuel Alegre): — Para um pedido de esclarecimento adicional, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Tadeu Morgado.

O Sr. **Jorge Tadeu Morgado** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado Adjunto, da Indústria e da Inovação, sobre o protocolo de cooperação assinado entre os CTT e a Iberdrola no passado mês de Abril, no âmbito de implementação do MIBEL, e sem querer dar um cariz demasiado ideológico a esta questão, aliás, como já fez anteriormente a bancada do PCP, gostaria apenas de deixar duas ideias e de terminar com uma solicitação ao Sr. Secretário de Estado.

A primeira é a de que, para o PSD, mais importante do que a nacionalidade dos intervenientes neste processo, ou do que a nacionalidade do capital envolvido nestas empresas consiste em saber se esta operação foi clara, transparente e legal, como aliás já foi tornado público pelo Conselho de Administração dos CTT.

Mas, porque neste acordo estão envolvidos capital público e dois sectores de importância estratégica para o nosso país e é importante saber se as leis da concorrência do nosso país foram de algum modo

postas em causa, aguardaremos com serenidade os resultados do inquérito que está a ser levado a cabo pela Autoridade da Concorrência sobre esta matéria e que certamente a curto prazo serão conhecidos.

Em segundo lugar, gostaríamos de solicitar ao Sr. Secretário de Estado o envio a esta Câmara, se possível, de cópias do protocolo de cooperação e do contrato final entre essas duas empresas, se possível em versão *draft*, caso exista, pois, segundo notícias publicadas na imprensa nacional, esse acordo final só deverá ser concluído durante o próximo mês de Junho. Só com essas peças na nossa posse poderemos formular uma opinião final sobre a matéria em apreço. Até lá não embarcaremos em processos de intenções que visam única e exclusivamente manchar a honorabilidade de pessoas e de instituições que objectivamente o não merecem.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Presidente** (Manuel Alegre): — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado Adjunto, da Indústria e da Inovação.

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto, da Indústria e da Inovação**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Agostinho Lopes, porventura em matéria de caça saberá mais do que eu, porque não sou caçador profissional nem sequer amador, portanto não entendo o alcance das suas alegorias.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Fazemos-lhe um esquema!

O **Orador**: — Em todo o caso, não resisto em fazer-lhe uma pergunta: o que diz da presença da EDP em Espanha?

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Está contra!

O **Orador**: — Seria bom equacionar a questão em alternativa.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — O que lhe garanto é que o modelo energético a definir para Portugal trará mais concorrência ao País, portanto beneficiará os consumidores,...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — É o que se está a ver nos combustíveis!

O **Orador**: — ... e terá a plataforma ibérica como espaço de competição!

A questão central é a de saber como é que vamos concorrer em Espanha. A seu tempo saberá quais serão os actores que vão entrar nesta peça. Porventura terá mais informação do que eu, por conseguinte não posso responder-lhe.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Se isso for verdade, mal estaremos!

Riso do CDS-PP.

O **Orador**: — Sr. Deputado Luís Braga da Cruz, muito obrigado pela questão que colocou, em relação à qual gostaria de tecer as seguintes considerações: é verdade que por razões de previsão da evolução do consumo energético, que aponta para uma taxa média de crescimento de 5% ao ano, é necessário injectar mais energia no mercado. Portanto, não está em causa a necessidade de obter mais potência, nomeadamente pela via do gás, criando *power* em unidades de ciclo combinado.

De resto, há uma razão adicional para fazer isso, é que as unidades de produção de energia térmica através do fuel têm um horizonte de vida útil limitado: por razões comunitárias, a partir de 2008 têm de entrar em *phasing out*, reduzindo para 2000 horas o seu potencial de produção de energia. A unidade localizada no Carregado terá de fechar em 2010, o mesmo acontecendo à de Setúbal em 2012.

No fundo, isso significa que é fundamental construir no País unidades de produção dessa nova potência. Como se fará isso? Isso dependerá, naturalmente, da análise jurídico-formal e da legalidade dos actos inerentes à atribuição de licenças, que ocorreram a poucos dias da tomada de posse deste Governo, num momento claramente inóportuno.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — É a primeira coisa acertada que diz hoje!

O **Orador**: — Sr. Deputado Jorge Tadeu Morgado, não podia estar mais de acordo consigo. De facto, de especulações está o mundo cheio. Confesso que nada tenho contra o capital estrangeiro — e nisto, Sr.

Deputado Bernardino Soares, afasto-me claramente de V. EX.^a —, o que temos de respeitar...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — São as negociatas que temos!

O **Orador**: — Peço desculpa, mas, porventura, as negociatas são consigo, não são comigo.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Veja como é que fala!

O Sr. **João Teixeira Lopes** (BE): — Não está habituado à retórica parlamentar!

O **Orador**: — O que há que garantir é que a solução adoptada traga mais concorrência ao mercado e construa grupos económicos fortes facilmente «opáveis» por operadores estrangeiros. Esta é que é a questão.

Quanto à Iberdrola e aos CTT, não conheço os acordos nem o protocolo.

Vale a pena dizer que a Iberdrola não é tutelada pelo Ministério da Economia e da Inovação — não é tutelada por ninguém — e que os CTT são tutelados pelo Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Esse é um problema do Governo!

O **Orador**: — Portanto, penso que compreenderá que o pedido, que considero legítimo, de entrega a este Parlamento das cópias dos protocolos e dos contratos deverá ser feito ao Sr. Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Manuel Alegre): — Para formular a terceira pergunta ao Governo, sobre as descargas das suiniculturas do rio Lis, que será respondida pelo Sr. Secretário de Estado do Ambiente, tem a palavra a Sr.^a Deputada Teresa Caeiro.

A Sr.^a **Teresa Caeiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado do Ambiente, conhecemos todos a enorme importância que a produção de explorações suinícolas de média e de grande dimensão tem vindo a assumir nos últimos anos para os sectores económico e agrícola portugueses, muito particularmente para o distrito de Leiria.

Sabemos ainda que esta indústria tem vindo a sofrer, recentemente, vários aspectos que se prendem com a respectiva modernização e industrialização.

Mas, infelizmente, também é sobejamente conhecido o problema ambiental causado por este tipo de indústrias e pelas descargas dos resíduos industriais que resultam desta actividade, as quais estão a originar um crescente desastre ambiental, muito particularmente na zona do rio Lis, sendo que as normas comunitárias ambientais também tardam em ser aplicadas.

De tudo isto, resulta que enfrentamos desafios múltiplos que podem, porventura, parecer conflituantes. Ou seja, temos, por um lado, a produção suinícola, de grande importância para a agricultura e para a economia portuguesa; temos, por outro, a problemática da protecção ambiental; temos a preocupação crescente com a defesa e bem-estar dos próprios animais — e, como sabemos, existem inúmeras associações que se preocupam com esta matéria —, mas também temos a crescente e justificada preocupação, por parte dos consumidores, com a segurança alimentar e a segurança ambiental.

Simultaneamente, o esforço que é exigido a estas indústrias, para efeitos de compatibilização entre a sua competitividade industrial e a conversão das respectivas indústrias, para efeitos de adaptação das unidades de abate, de forma a serem mais eficientes e mais competitivas e, por essa via, não sucumbirem em face da concorrência exterior, tem como oposição aparente a resolução eficiente do impacto dos produtos dos matadouros no ambiente. E, apesar das melhorias verificadas nos últimos anos — temos de reconhecer-lo —, importa admitir que existem ainda inúmeras descargas ilegais, muito particularmente no rio Lis. Daí que tenha sido encontrada uma solução integrada para o tratamento dos efluentes da suinicultura na bacia hidrográfica do Lis.

Sr. Secretário de Estado, coloco-lhe três questões muito simples.

O Sr. **Presidente** (Manuel Alegre): — Faça o favor de ser rápida, Sr.^a Deputada, porque já esgotou, no «preâmbulo», o tempo de que dispunha.

A **Oradora**: — Vou concluir, muito rapidamente, Sr. Presidente.

Que medidas de intensificação de fiscalização vai o Governo tomar e desenvolver relativamente a esta matéria, designadamente em relação às descargas ilegais?

Sabemos que os XV e XVI Governos constitucionais deixaram preparado um plano integrado de aplicação entre 2004 e 2006,...

O Sr. **Presidente** (Manuel Alegre): — Tem de concluir, Sr.^a Deputada.

A **Oradora**: — ... o qual ficará concluído em 2006. O que é que o Governo vai fazer relativamente a esta matéria? Vai prosseguir o plano que foi preparado por esses governos? E quais as medidas intermédias que vai adoptar, até à conclusão das três ETAR, cuja construção está prevista?

O Sr. **Presidente** (Manuel Alegre): — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado do Ambiente.

O Sr. **Secretário de Estado do Ambiente** (Humberto Rosa): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, como Deputado eleito para esta Câmara e, depois, chamado a funções governativas, é a primeira vez que me dirijo a todos vós, nesta Casa, e, se me permitem, faço-o com um sentido particular de honra e responsabilidade, deixando uma saudação muito especial a todos, em particular ao Sr. Presidente.

Vozes do PS: — Muito obrigado!

O Sr. **Jaime Soares** (PSD): — Muito obrigado!

O **Orador**: — Sr.^a Deputada Teresa Caeiro, o tema que escolheu é ambientalmente muito relevante, pelo que fez bem em ter escolhido aquele que se tornou um ícone da poluição no nosso país, nomeadamente da poluição hídrica, que é conhecido há muitos anos e incide, em particular, na região de Leiria.

Devo dizer-lhe que os governos da responsabilidade do Partido Socialista têm alguns créditos nesta matéria. Se se recordar, o rio Lis estava poluído até Leiria por esgotos urbanos e foi com a intervenção do anterior governo do Partido Socialista que isso acabou, com a empresa SIMLIS. Daí em diante continuaram as descargas suinícolas — é um facto! — mas foi um protocolo de cooperação, celebrado em 2001, que lançou a estratégia de o tratamento dos efluentes suinícolas também se integrar no tratamento genérico dos efluentes urbanos, em Lisboa, por integração na SIMLIS.

Nessa altura, a SIMLIS fez estudos técnicos e económicos e procedeu a um levantamento das explorações envolvidas, mas, desde então e até Junho de 2003, foi preciso haver uma grande descarga de efluentes, com algum impacto na comunicação social, para que o assunto voltasse a sair da «gaveta». Nesse momento saiu da «gaveta» — e bem! — com a criação da Recilis, como referiu, pois um grupo de trabalho lançado na altura estimulou a criação dessa empresa, especificamente destinada ao tratamento dos efluentes suinícolas, a qual tem um concurso em plena fase de execução, está a procurar fazer a avaliação dos projectos e encontrar a melhor solução técnica.

A Recilis, como saberá, pelo facto de o Ministério do Ambiente ter sido tutelado por um ministro do seu partido, não ficou propriamente com a situação resolvida, ficou com a situação parada, a partir de Dezembro em diante. O que lhe posso dizer é que, com certeza, a solução prevista pela Recilis é aquela que o Governo vai continuar a promover e a apoiar.

Quero ressalvar ainda que, hoje em dia, nos tempos que correm, a atitude dos suinicultores do distrito de Leiria é particularmente séria e responsável, tendo eles assumido que não cabe ao Estado ou a terceiros resolver o problema e que são os principais responsáveis pela solução. Aplaudimos e apoiamos esta iniciativa.

Aplausos do PS.

O Governo espera que o Lis se torne um exemplo, tendo passado de um ícone de degradação ambiental para um possível modelo do que deve e pode acontecer na diferentes regiões onde há problemas de efluentes de suiniculturas.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Manuel Alegre): — Sr. Secretário de Estado, agradeço os seus cumprimentos.

Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra a Sr.^a Deputada Teresa Caeiro, dispondo, para o efeito, de 1 minuto e 30 segundos.

A Sr.^a **Teresa Caeiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, registo o limite de tempo.

Aproveito, antes de mais, para saudar também o Sr. Secretário de Estado do Ambiente, pela sua primeira intervenção nesta Câmara, e dizer que não o fiz há pouco porque não tinha a certeza de que era, efectivamente, a primeira vez que aqui intervinha.

Sr. Secretário de Estado, também registo, com muito agrado, as boas intenções e a confiança que VV.

Ex.^{as} depositam no bom curso do processo que foi deixado — refira-se! — pelo Sr. Ministro Luís Nobre Guedes e que, de facto, ficou temporariamente parado, a partir de Dezembro, por razões evidentes e que são conhecidas. Mas o facto é que o projecto e a solução foram encontrados durante os XV e XVI Governos constitucionais, e V. Ex.^a concordará com isso.

Não ficou, no entanto, cabalmente respondida a pergunta que formulei. Vão ser seguidas exactamente nos mesmos termos as soluções que foram apresentadas pelo último governo? É que o Sr. Secretário de Estado disse que ainda não tinha sido encontrada, pela Recilis, a melhor solução mas, tanto quanto sei, pelas informações que tenho, a Recilis estabeleceu metas e soluções muito concretas.

Relativamente ao período intermédio, isto é, entre este momento, Maio de 2005, e finais de 2006, data em que estarão concluídas as três ETAR, cujo concurso está previsto, que medidas é que VV. Ex.^{as} pretendem implementar, com vista a uma solução intermédia? Isto, sem prejuízo, como é evidente, da crescente responsabilização, por parte dos produtores, que sabemos serem os principais interessados e também os fiscais mais atentos relativamente à questão da poluição.

O Sr. **Presidente** (Manuel Alegre): — Também para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Vigia.

A Sr.^a **Isabel Vigia** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado do Ambiente, cumprimento-o, pela primeira vez, nas suas funções, e desejo-lhe as maiores felicidades.

Sr.^a Deputada Teresa Caeiro, seja bem-vinda à defesa dos interesses e preocupações do distrito de Leiria, o que muito nos agrada. Penso que V. Ex.^a está a inaugurar um ciclo novo, ou seja, a fazer a avaliação de um mês e meio de desempenho do Governo, esquecendo-se de que, nesta área, e durante três anos, o governo PSD/CDS-PP nada fez e, mais grave ainda, sendo o último de tantos Ministros do Ambiente, Dr. Luís Nobre Guedes, oriundo do seu partido.

Aplausos do PS.

Protestos do CDS-PP.

O Sr. **Hermínio Loureiro** (PSD): — O Governo não está na bancada, está na tribuna!

A **Oradora**: — Mas vamos ao que interessa, para resolver este gravíssimo problema ambiental que tanto afecta a população.

A verdade é que VV. Ex.^{as} muito prometeram mas a realidade, nua e crua, é a de que nada se viu. Senão, vejamos: o Sr. Ministro do Ambiente, do seu partido, Sr.^a Deputada Teresa Caeiro, garantiu o financiamento de um conjunto de investimentos para o tratamento dos efluentes da bacia hidrográfica do rio Lis, mas esse financiamento nunca apareceu. E, Sr.^a Deputada, não estou a falar em vão! Há documentos que atestam o que acabo de referir.

A Sr.^a **Cristina Granada** (PS): — A memória é curta!

Protestos do CDS-PP.

A **Oradora**: — Como exemplo, tenho aqui o ofício da Recilis...

O Sr. **Presidente** (Manuel Alegre): — Sr.^a Deputada Isabel Vigia, a figura regimental que está a usar não é uma réplica à Sr.^a Deputada Teresa Caeiro mas um pedido de esclarecimentos adicional dirigido ao Governo.

A Sr.^a **Teresa Caeiro** (CDS-PP): — Muito bem!

A **Oradora**: — Sim, Sr. Presidente.

Tenho aqui um ofício da Recilis onde se reclama o financiamento, mas o então ministro do Ambiente remeteu-se ao silêncio e nem sequer teve a dignidade de responder à Recilis!!...

Neste sentido, como o Partido Socialista é um partido diferente...

Vozes do CDS-PP: — Bem diferente!

A **Oradora**: — ... e é sensível às questões ambientais, pergunto ao Sr. Secretário de Estado qual a resolução certa...

O Sr. **Presidente** (Manuel Alegre): — Sr.^a Deputada, tem de concluir, porque já terminou o tempo de

que dispunha.

A Oradora: — ... que cabe a outros sectores da Administração, no contexto de uma solução para o tratamento de efluentes da bacia do Lis.

Applausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Manuel Alegre): — Ainda para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Poço.

O Sr. **Carlos Poço** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado do Ambiente, a despoluição do rio Lis é uma questão complexa e integrada e verifico, com agrado, que o Sr. Secretário de Estado já tem umas «luzes» sobre a matéria.

Temos de considerar que o principal poluidor foi, até há algum tempo, a suinicultura e que a associação de suinicultores, como disse o Sr. Secretário de Estado, e bem, assumiu o seu papel: constituiu a Recilis, apresentou um plano integrado, de acordo com o grupo de trabalho, e está a aguardar apoio, da parte do Governo, na sustentabilidade da solução.

A questão que gostava de ver esclarecida é a seguinte: o que é que o Governo pensa fazer no que se refere aos pontos de interligação da energia, à potência de interligação da energia e à tarifa de compra? É que, se esta questão não for rapidamente clarificada, poderá pôr-se em causa todo este projecto.

Por outro lado, como o Sr. Secretário de Estado sabe, este projecto de concepção/construção e exploração das duas ETAR — a de Santo Antão e a dos Milagres — tem um período previsto de dois anos, durante o qual é preciso tomar medidas. E o Sr. Secretário de Estado também tem conhecimento do plano de intervenção intermédio apresentado pela Recilis e pelos suinicultores.

Sobre isso...

O Sr. **Presidente** (Manuel Alegre): — Tem de concluir, Sr. Deputado.

O Orador: — ...gostava apenas de saber se mantém a disponibilidade de apoiar este plano intermédio de intervenção, durante este período.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Presidente** (Manuel Alegre): — Srs. Deputados, não quero fazer aqui o papel de mau da fita nem de antipático mas o Regimento foi feito com critérios de funcionamento do Parlamento. Portanto, os Srs. Deputados têm de se habituar a preparar as suas intervenções, perguntas e respostas de acordo com o funcionamento e a eficácia do Parlamento e, sobretudo, em adequação ao Regimento.

Também para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Tiago.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado do Ambiente, este é, sem dúvida, um problema cuja responsabilidade pela não resolução é partilhada pelos diversos governos que, desde os anos 80, não foram capazes de prevenir e tomar as medidas necessárias para enfrentar o *boom* da produção na área da suinicultura, que vem agora a afectar, de forma tão gravosa, a bacia do rio Lis, que é uma bacia pequena, de pequenos caudais, onde, por isso mesmo, o problema ainda ganha contornos de maior gravidade.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Os suinicultores, obviamente, não cumprem devidamente a lei mas não deixa de ser curioso o comportamento do CDS-PP, que, quando estava no Governo, colocava a questão, essencialmente, no cumprimento da lei por parte da indústria da suinicultura e, agora, lembrou-se de que existe um conjunto de protocolos que devem ser cumpridos.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Bem lembrado!

O Orador: — As questões que persistem e que colocamos, algumas das quais muito na linha daquilo que tem sido perguntado, são as seguintes: no quadro dos protocolos de tratamento integrado e de cooperação entre o Estado e os suinicultores, que medidas, no concreto, estão a ser tomadas? E o que é que estará previsto para a reutilização dos dejectos com outros usos, por exemplo, como adubos, tendo em conta que esta é uma das questões essenciais colocadas pela própria indústria de suinicultura para viabilizar a parte que lhe cabe, pelo protocolo de cooperação, no financiamento?

Vozes do PCP e de Os Verdes: — Muito bem!

O Sr. **Presidente** (Manuel Alegre): — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra a Sr.^a Deputada Alda Macedo.

A Sr.^a **Alda Macedo** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado do Ambiente, registamos com muito agrado a intenção manifestada no sentido de dar continuidade e de promover o plano para uma solução integrada para as unidades de gestão de resíduos das suiniculturas, bem como a sua declaração relativa à boa vontade dos suinicultores para adesão a esse programa. No entanto, Sr. Secretário de Estado, a verdade é que descargas ilegais continuam a ocorrer pontualmente.

Em nosso entender, a única forma de conseguir ganhar a vontade dos suinicultores no sentido de participarem de facto e de se serem os primeiros colaborantes, e colaborantes activos, no processo de tratamento integrado destes resíduos biodegradáveis prende-se com a compensação que encontrem como contrapartida da sua adesão ao mesmo.

Assim, Sr. Secretário de Estado, a pergunta que gostaria de colocar-lhe é justamente no sentido de saber quais são em concreto as intenções do Governo na implementação do plano e no que diz respeito às contrapartidas a serem recebidas pelos suinicultores pela produção de biogás, que, naturalmente, vai entrar no circuito comercial de produção de energia eléctrica. É absolutamente vital que estes suinicultores sintam que há uma contrapartida que lhes é favorável e que, dessa forma, se consiga melhorar a sua adesão, ao mesmo tempo que eles próprios se promovem em primeiros agentes de algo que está a fazer falta: melhorar o licenciamento e a fiscalização das actividades pecuárias.

Vozes do BE: — Muito bem!

O Sr. **Presidente** (Manuel Alegre): — Também para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra a Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado do Ambiente, eis aqui um exemplo de como as opções políticas têm sido, muitas vezes, profundamente desastrosas, com consequências como aquela que estamos agora aqui a discutir.

Refiro-me às sucessivas opções políticas que levaram a que muitas pessoas, neste país, abandonassem a agricultura e que, naquela região, se dedicassem às suiniculturas, promovendo aí uma grande concentração dessas explorações, com as consequências que todos hoje conhecemos. Refiro-me também à construção e ao investimento público feito nalgumas estações de tratamento, nomeadamente nas Estações de Tratamento de Águas Residuais da Bidoeira e da Raposeira, que foram completamente mal dimensionadas. Eis, portanto, um exemplo de investimento público que não constitui a solução que todos procurávamos.

Daqui decorre aquilo que todos hoje conhecemos, ou seja, a profunda poluição de solos e de águas daquela zona e a Comissão de Ambiente e Defesa da Ribeira dos Milagres a dar conta permanente e publicamente das sucessivas descargas feitas na ribeira dos Milagres. Portanto, Sr. Secretário de Estado, face ao conjunto de questões que já lhe foram colocadas, gostaria de ter a certeza do seguinte: em 2006, o sistema estará pronto a funcionar? Gostaria de ter a certeza sobre este aspecto.

Por outro lado, Sr. Secretário de Estado, que medidas intercalares, designadamente com os suinicultores, está o Governo a tomar? Temos conhecimento de que os mesmos têm a possibilidade de proceder a descargas nos terrenos agrícolas autorizados para o efeito, mas isso não é suficiente.

Por fim, que medidas de fiscalização adicionais está o Governo a tomar no sentido de minimizar os efeitos desta situação dramática?

O Sr. **Presidente** (Manuel Alegre): — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado do Ambiente.

O Sr. **Secretário de Estado do Ambiente**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o tema da fiscalização atrai-nos a todos neste contexto.

Devo dizer que não estamos a ser correctos quando dizemos que os suinicultores têm de fazer descargas. A forma como devemos exprimir-nos é dizendo que alguns suinicultores fazem essas descargas, e não é por não terem uma alternativa. De resto, ouça-se a própria associação de suinicultores, que montou uma alternativa que passa pela recolha dos efluentes e pelo seu espalhamento em terrenos agrícolas, inclusivamente distantes de Leiria, porque temos muitos produtores com o problema de não terem terra associada às suas explorações. Portanto, os suinicultores, hoje em dia, têm uma solução; têm de pagar por ela, e pagam.

Em termos de fiscalização a situação é muito simples: contamos não apenas com os serviços próprios do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, nomeadamente a Inspecção-Geral do Ambiente e os serviços de fiscalização da Comissão de Coordenação e

Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR), mas também, muito em particular, com o Serviço de Protecção da Natureza e do Ambiente da GNR, que tem tido uma actuação, em todo o País, digna de assinalar, e com a fiscalização própria da associação de suinicultores, que nos ajudará a que «não pague o justo pelo pecador», mostrando-nos qual é o elemento da região que está a aproveitar-se, abusivamente, para ganhar mais-valias à custa do ambiente de todos.

O que acabo de dizer permite-me fazer uma interligação com a pergunta que me foi colocada pela Sr.^a Deputada Isabel Vigia. O papel de outros sectores da Administração também é claro, aliás, já lhe dei uma ideia do papel, por exemplo, do Ministério da Administração Interna, através da GNR e da sua brigada especial de protecção da natureza.

Há um papel próprio do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, que sempre se assumiu como apoiante, até predominante, das suiniculturas, e assim se mantém, com o qual nos cabe encontrar as melhores soluções para o escoamento dos subprodutos provenientes das futuras estações de tratamento, de preferência na aplicação agrícola, que é a melhor forma de assegurar uma reciclagem de nutrientes e produtos.

É com o Ministério da Economia e da Inovação que teremos de encontrar uma definição de pontos de interligação de energia eléctrica, uma definição de potências de interligação e as devidas tarifas de energias renováveis para apoiar a solução encontrada.

Devo também esclarecer, Sr.^a Deputada Teresa Caeiro, que a associação de suinicultores não encontrou ainda a solução final, a qual estará no contexto do concurso e das múltiplas propostas técnicas que há para apreciar — poderá passar por uma solução de secagem térmica por gás natural com co-geração ou por uma solução de digestão anaeróbia com recurso a biogás. É nesse contexto que o tarifário de energia renovável e as diversas potências têm de ser encontradas. Não será seguramente por via energética que o projecto encontrado deixe de ser viável.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Manuel Alegre): — Passamos à próxima pergunta, sobre o seguimento das recomendações constantes na Resolução da Assembleia da República n.º 34/2001, de 2 de Maio, que será formulada pelo Sr. Deputado Francisco Madeira Lopes e respondida também pelo Sr. Secretário de Estado do Ambiente.

O Sr. **Francisco Madeira Lopes** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado do Ambiente, em 29 de Março de 2001, foi aprovado nesta Câmara, por unanimidade, um projecto apresentado por iniciativa do Partido Ecologista «Os Verdes», que reuniu, depois, contributos de outras bancadas parlamentares e veio a dar origem à Resolução da Assembleia da República n.º 34/2001, de 2 de Maio.

Essa resolução recomendava ao Governo a aplicação de medidas concretas para resolver o problema da radioactividade nos resíduos e nas dezenas de minas de urânio abandonadas em 18 concelhos da região Centro do País, nomeadamente adoptando soluções concretas no perímetro das minas da Urgeiriça, porventura a situação mais complicada dentre todas.

Com efeito, Sr. Secretário de Estado, Sr.^as Deputados, estamos perante um cenário perfeitamente explosivo em termos de consequências para o ambiente e para a saúde pública, sobretudo para as populações que habitam nos perímetros das minas abandonadas ou dos depósitos contendo 3 milhões de toneladas de resíduos radioactivos de exploração de urânio depositados em várias escombreiras, como na barragem velha e na barragem nova, contaminando as bacias hidrográficas com importância agrícola e vitivinícola nacional, como as dos rios Mondego, Vouga, Dão e Távora.

Estamos a falar de poluição radioactiva e química, Sr. Secretário de Estado, que permanece, como se sabe, durante milhões de anos, contaminando e causando danos gravíssimos nos solos, plantas e animais; contaminando os recursos hídricos, a cadeia alimentar e, através desta, os seres humanos, as populações que vivem, algumas elas, quase paredes-meadas com esses depósitos, que contêm materiais francamente radioactivos com concentrações elevadas de rádio, urânio, chumbo e polónio, entre outros radionuclídos.

Um estudo científico levado a cabo sobre a população de Nelas, exposta à mina e à escombreira da Urgeiriça, cujos resultados preliminares foram publicados em Março de 2002, aponta claramente para uma relação entre o excesso de mortalidade verificada naquele concelho e o anormal risco de cancro nas vias respiratórias, cancro de pulmão, e a proximidade ao complexo de minas da Urgeiriça.

Também o relatório de progresso do estudo MinUrar, de Setembro de 2004, revelou que as plantas e os solos da freguesia de Canas de Senhorim apresentam concentrações elevadas de radioactividade. Também as águas de consumo humano e agrícola provenientes de vários poços, furos artesianos e fontanários públicos estão contaminadas com radioactividade e ácido proveniente da exploração de urânio naquela região, levada a cabo pela Empresa Nacional de Urânio (ENU) durante mais de 40 anos.

Sr. Secretário de Estado, em nome do respeito pelos Deputados desta Assembleia e, principalmente, em nome do respeito devido aos ex-trabalhadores da ENU, às suas famílias e às populações dos distritos de Viseu, Guarda, Coimbra e Castelo Branco, que vivem sob a ameaça desta catástrofe ambiental e de saúde pública, agradecia-lhe que procurasse, no tempo que tem disponível, não falar do passado nem

daquilo que o anterior governo do PSD e CDS-PP não fez e que já todos conhecemos, e se concentrasse em esclarecer-nos acerca do que o actual Governo pretende fazer a curto, médio e longo prazos para dar integral cumprimento às medidas apontadas na referida resolução.

Refiro-me, designadamente, à necessidade de dar o melhor destino aos resíduos depositados nas escombreiras a fim de reduzir o perigo que representam; à monitorização da qualidade das águas e solos das zonas envolventes; e à implementação da vigilância epidemiológica activa com a conclusão dos estudos iniciados e o acompanhamento permanente das populações afectadas e em risco.

Em relação às verbas para a requalificação ambiental, o que é que o Governo nos tem a dizer quando estava previsto um empréstimo de 56 milhões de euros entre 2001 e 2006, e, em Abril de 2003, os Ministérios da Economia e do Ambiente prometeram 50 milhões de euros. Três anos depois, apenas o Ministério do Ambiente disponibilizou verbas extremamente reduzidas, como se viu no último Orçamento do Estado. Onde é que andam as verbas prometidas?

Por fim, qual a actual situação da entidade responsável pela implementação do plano de recuperação ambiental, a empresa EXMIN? Já foi integrada na holding EDM? Prevê o Governo voltar a recuperar a comissão de acompanhamento da concessão desse plano à EXMIN, a qual foi extinta apenas porque levantava questões incómodas e pertinentes do ponto de vista ambiental?

Vozes de Os Verdes e do PCP: — Muito bem!

Entretanto, assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente Telmo Correia.

O Sr. **Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado do Ambiente, dispondo de 3 minutos.

O Sr. **Secretário de Estado do Ambiente:** — Sr. Presidente, Sr. Deputado Francisco Madeira Lopes, não me falta, garanto-lhe, respeito pelos Deputados, pelos afectados pela poluição radioactiva e pela gravidade da mesma. Porém, se o Sr. Deputado invoca o passado, como fez ao referir a própria resolução da Assembleia da República, não é por isso que perco o direito de também invocar o passado sem estar a cometer qualquer desrespeito.

E o passado é muito simples: o governo de então foi célebre a responder a essa resolução, como se poderá recordar, tendo criado o regime jurídico de concessão do exercício da actividade de recuperação ambiental das áreas mineiras degradadas, que não estava definido, logo em Julho de 2001, ou seja, um par de meses a seguir a essa resolução; foi criada a comissão de acompanhamento que referiu; foram listadas as minas de urânio a integrar na concessão; e, em particular, foi criado nessa altura um programa de recuperação de minas abandonadas em parceria com o Ministério da Economia.

Houve, sim, senhor, um hiato entre 2002 e 2005, até que em Janeiro deste ano este programa é finalmente retomado e reanunciado com um plano de recuperação de minas, visando especificamente a recuperação da barragem velha da Urgeiriça para Abril. Houve a curiosidade de ser isto anunciado em Janeiro, quando não estava ainda feita a devida avaliação de impacte ambiental, a qual veio, de facto, a ser positiva e favorável, em Março de 2005.

Portanto, quanto ao problema específico da Urgeiriça, a barragem velha tem um plano em pleno curso, a vedação está a ser feita e há obras de estabilização, drenagem e selagem de taludes. Este plano, anunciado, como lhe disse, em Janeiro de 2005, ainda prevê o tratamento de efluentes e a monitorização em áreas mineiras degradadas e radioactivas (mais duas no distrito de Viseu, duas no distrito da Guarda e uma no distrito de Coimbra).

Falando de futuro, devo dizer, muito em concreto, que retomar e continuar o programa de recuperação de solos contaminados e zonas mineiras é, porventura, uma das prioridades mais nobres que deve ter o Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, em parceria com o Ministério da Economia e da Inovação. É um dos passivos ambientais mais graves que temos — aliás, posso anunciar-lhe que o Instituto Nacional de Resíduos tem como investimento prioritário um projecto para a requalificação ambiental de minas abandonadas e descontaminação de solos para vigorar deste plano anunciado pelo anterior governo em diante, de 2006 a 2009, que visa cobrir a generalidade das minas abandonadas no País, com incidência, evidentemente, nas que são prioritárias, ou seja, nas de urânio, mas também nas demais.

Esperamos que isto venha efectivamente a resolver um dos mais sérios passivos ambientais do País, dessa forma dando-se cumprimento a uma série de normativos, quer nacionais quer comunitários, que temos o dever de cumprir.

Portanto, Sr. Deputado, tenho todo o respeito pelo problema que levantou e que agradeço ter trazido a esta Casa.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputa-

do Francisco Madeira Lopes.

O Sr. **Francisco Madeira Lopes** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado do Ambiente, pedi-lhe que falasse principalmente no futuro e, de facto, V. Ex.^a revelou-nos algumas questões, que já eram conhecidas, como o início da construção da vedação na barragem velha, que começou sensivelmente há um mês, se bem que a mesma, como é óbvio, não vai resolver tudo; é um primeiro passo que registamos como importante, por ser simbólico.

Na realidade, a construção dessa vedação, para já, não conta com algo fundamental: a lavagem dos pneus dos automóveis e dos camiões que saem dessa obra e que, dessa forma, podem alastrar ainda mais a contaminação radioactiva. Portanto, de facto, já foi dado o primeiro passo, mas não foi bem dado, pelo que deixo aqui essa nota.

O Sr. Secretário de Estado falou ainda na essência de um estudo de impacte ambiental. De facto, foi levado a cabo um estudo de impacte ambiental, foi proferida a declaração de impacte ambiental no dia 9 de Março de 2005, mas, no entanto, há questões que se levantam, designadamente por essa declaração não ter tido em consideração algumas das recomendações feitas por 27 moradores, alguns dos quais ex-trabalhadores e técnicos e que, portanto, conhecem bem a situação. Houve, de facto, uma série de recomendações que não foram tidas em conta.

Com efeito, o próprio estudo de impacte ambiental detectou várias falhas e dúvidas, tendo chegado a afirmar que, daquele modo, a eficácia do projecto ficava parcialmente comprometida.

São ignorados os impactos da actividade mineira sobre as linhas de água e os solos da área envolvente próxima, nomeadamente os solos ocupados pela restante área industrial; as áreas urbanas não foram tidas em conta no estudo; as edificações e habitações a 40 m, Sr. Secretário de Estado, das escombreiras da barragem velha, bem como o encerramento e o desmantelamento das oficinas técnicas químicas, ou seja, de tratamento químico dos minérios.

Há uma série de questões que este estudo de impacte ambiental não calculou e não previu e, portanto, parece-nos que seria de extrema urgência ver se esse estudo de impacte ambiental e as medidas que propõe servem para a resolução concreta deste problema; e sugerimos que essa revisão seja feita com urgência.

Há, de resto, outras propostas, que apontam não para...

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Tem de terminar, Sr. Deputado.

O **Orador**: — Vou terminar, é só este ponto, Sr. Presidente.

Como dizia, há, de resto, outras propostas que apontam não para a sobrecarga da barragem velha, que já cedeu por duas vezes, mas para o transporte de resíduos para outras barragens, como a Barragem Nova.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Para um pedido de esclarecimento adicional ao Sr. Secretário de Estado, tem a palavra o Sr. Deputado Renato Sampaio. Dispõe de um minuto e meio.

O Sr. **Renato Sampaio** (PS): — Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero cumprimentar V. Ex.^a na primeira vez que uso da palavra estando V. Ex.^a a presidir à reunião.

Sr. Secretário de Estado, o passivo ambiental nas áreas mineiras degradadas devia, obviamente, merecer uma especial atenção dos decisores políticos, uma vez que coloca sérios problemas ambientais, mas, sobretudo, de saúde pública e o Estado, directa ou indirectamente, foi sempre o principal responsável pela exploração destas grandes áreas mineiras.

Os problemas ambientais não têm apenas impactos negativos na paisagem, pois afectam os ecossistemas e, mais grave ainda, contaminam os solos e as águas, quer as de superfície quer as subterrâneas.

É evidente que Os Verdes não querem falar do passado e, tal como o governo anterior, sobre esta matéria nada disseram.

Protestos de Os Verdes.

Mas é preciso dizer, Srs. Deputados, que os governos de PS, atentos a estes problemas, elaboraram o Programa de Reabilitação Ambiental de Áreas Mineiras Abandonadas (PRAAMA). É verdade que nos últimos três anos nada foi feito, mas lentamente, e ainda no governo do PS, foi também feita a caracterização dos solos e mandados elaborar os projectos. Portanto, hoje, Sr. Secretário de Estado, o que é preciso é dar um novo impulso ao PRAAMA, nomeadamente nas áreas mineiras de urânio, embora saibamos que os investimentos são elevados e levam cerca de 45% dos fundos do PRAAMA.

A questão que quero colocar-lhe, Sr. Secretário de Estado, é a seguinte: o Governo está hoje em condições de dar um novo impulso a este programa tão importante para o território, para os ecossistemas, para as nossas águas e para todo o ambiente em geral?

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Para um pedido de esclarecimento adicional ao Sr. Secretário de Estado, tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Martins.

O Sr. **Ricardo Martins** (PSD): — Sr. Presidente, sendo esta a minha primeira intervenção em Plenário, gostava de felicitá-lo e, na sua pessoa, cumprimentar e felicitar todas as Sr.^{as} e Srs. Deputados.

Sr. Secretário de Estado, o problema que hoje está a ser aqui tratado, e para o qual esperávamos de V. Ex.^a uma resposta clara e concisa, prende-se, genericamente, com a reabilitação das áreas envolventes às minas abandonadas de extração de urânio e, muito concretamente, com o problema gravíssimo que as minas da Urgeiriça colocam, a nível de meio ambiente e de risco para a saúde pública, aos habitantes da área envolvente.

Este problema não é novo e o seu historial é de todos conhecido. Todavia, gostaria de lembrar que, no seguimento da Resolução n.º 34/2001, da Assembleia da República, o governo de então, e mais concretamente o Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território de então e actual Primeiro-Ministro de Portugal, Eng.^o José Sócrates, nada fez. Ao contrário do que o Sr. Secretário de Estado aqui nos veio dizer, absolutamente nada foi feito para além da criação das já tradicionais comissões de acompanhamento e de estudo.

A verdade é que foi durante os XV e XVI Governos constitucionais que esta matéria foi tratada com a responsabilidade e com a celeridade que o assunto merecia e justificava: ainda em 2002, mais exactamente no mês de Outubro, foi lançado o Programa MinUrar, a decorrer neste momento de acordo com o planeamento efectuado, visando a realização de um estudo epidemiológico e ambiental destinado a verificar o eventual efeito das minas de urânio e seus resíduos na saúde das comunidades locais; já com o XVI Governo constitucional esta problemática recebeu o impulso final para a sua resolução com a apresentação do Plano de Recuperação e Monitorização Ambiental das Áreas Mineiras Degradadas, que visa reabilitar, entre 2005 e 2006, 30 minas desactivadas, num investimento total de 35 milhões de euros.

Sr. Secretário de Estado, é esta a pergunta que gostaria de colocar-lhe: sabendo, como sei que sabe, os riscos que as escombreiras de resíduos de exploração representam para a saúde das populações e para a contaminação dos solos e das águas, está em condições de garantir que o Governo vai prosseguir com este objectivo? Esta matéria, tão sensível e tão importante para as populações, vai merecer da parte do Governo, que aqui representa, uma especial atenção e prioridade,...

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Tem de terminar, Sr. Deputado.

O **Orador**: — Com certeza, Sr. Presidente.

Esta matéria vai merecer do Governo uma especial atenção e prioridade ou, ao invés e à semelhança do que tem vindo a fazer noutras áreas, e à velha maneira da versão socialista, vai criar mais uma qualquer comissão de estudo responsável pela elaboração de mais um diagnóstico da situação?

Sr. Secretário de Estado, o diagnóstico está muito bem feito e há muito tempo que está feito. O que é necessário e urgente é atacar o problema com frontalidade e rapidez. Ora, é essa garantia que eu e todas as populações que convivem diariamente com os efeitos...

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Tem mesmo de terminar, Sr. Deputado.

O **Orador**: — ... nefastos das escombreiras de minas gostariam e desejariam ouvir de V. Ex.^a.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Para um pedido de esclarecimento adicional ao Sr. Secretário de Estado, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Tiago.

O Sr. **Manuel Tiago** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado: Efectivamente, com a aprovação da Resolução da Assembleia da República n.º 34/2001, de 2000, o Governo comprometeu-se na realização de um conjunto de medidas que já na altura urgia tomar.

Quero também dizer-lhe que partilho da ideia do Sr. Deputado Francisco Madeira Lopes, de Os Verdes, no sentido de que é essencial debucarmo-nos sobre o futuro, até porque já basta a existência da constante disputa, entre aqueles que acabaram de ser governo e o que são agora Governo, para ver quem fez menos e quem é responsável pelo estado de total decadência ambiental em que se encontra a área envolvente ao complexo de minas da Urgeiriça.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O **Orador**: — Interessará mais saber para quando se prevêem os trabalhos de requalificação. Pergunta-mo-nos que exemplos dá o Estado quando, sabendo que existem leis que obrigam as empresas a requalificar as áreas das minas antes do seu abandono, de maneira a mitigar, como é óbvio, o impacto das minas no ambiente, uma empresa pública abandona a mina sem que até hoje a tivesse tratado.

Assim, Sr. Secretário de Estado, gostaria também que me dissesse que prazos se podem esperar para a delimitação das áreas afectadas por radiação, que medidas tenciona tomar o Governo para o controlo das águas de escorrência, das águas superficiais e da vedação à sua utilização para consumo.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Terminou o seu tempo, Sr. Deputado.

O **Orador**: — Terminei já, Sr. Presidente.

Foi também já dito que a saúde pública das populações da área tem vindo a sofrer problemas resultantes da exposição à radiação e por isso gostaria que me dissesse como está esta situação e que medidas tenciona tomar o Governo para dar andamento ao processo de vigilância epidemiológica na região.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Também para pedir esclarecimentos adicionais ao Sr. Secretário de Estado do Ambiente, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Mota Soares, que dispõe de um minuto e meio.

O Sr. **Pedro Mota Soares** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado: Esta Câmara é hoje confrontada com um problema de resolução difícil. Todos nós sabemos que o tratamento das minas de urânio abandonadas, muito especialmente no caso da Urgeiriça, é um problema difícil, relativamente ao qual a Assembleia da República já fez recomendações, há já algum tempo, através da Resolução n.º 34/2001.

Quero acima de tudo, Sr. Secretário de Estado, agradecer a sua intervenção e a memória histórica que aqui desenvolveu relativamente a um conjunto de acções realizadas na vigência dos XV e XVI Governos constitucionais, fazendo, assim, uma diferença até da bancada parlamentar do Partido Socialista. Portanto, quero elogiar essa sua seriedade, Sr. Secretário de Estado, uma seriedade que, infelizmente, não encontrámos na bancada do Partido Socialista, nomeadamente na intervenção do Sr. Deputado Renato Sampaio.

Além das coisas que o Sr. Secretário de Estado lembrou, nomeadamente a resolução de Janeiro de 2005 e a competente inscrição no Orçamento do Estado de 2005 — e lembrá-lo é importante — quero fazer-lhe estas duas perguntas: é ou não ideia do Governo dar cumprimento a esta resolução de Janeiro de 2005? É ou não ideia do Governo executar o que já está orçamentado para o Orçamento do Estado de 2005 neste momento em vigor e dessa forma conseguir resolver, no plano que era definido nesta resolução, ou seja, até 2006, o que neste momento está pendente relativamente às minas de urânio?

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Para um pedido de esclarecimento adicional, tem a palavra a Sr.^a Deputada Alda Macedo.

A Sr.^a **Alda Macedo** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado: Deixe-me dizer-lhe que, no que respeita a esta matéria, não vale a pena «chorar sobre o leite derramado» três anos de atraso e de perda, em que nada foi adiantado em relação a questões tão sensíveis quanto esta.

Na verdade, quando falamos dos escombros provenientes das minas de urânio estamos a falar, como já aqui foi dito, de uma situações das mais sérias, das mais gravosas no nosso país do ponto de vista ambiental. Portanto, não há lugar, não há espaço a mais nenhuma extensão de prazos ou de esperas.

No entanto, há particularmente duas matérias sobre as quais o Sr. Secretário de Estado não respondeu ainda e sobre as quais importa que se pronuncie com a maior clareza possível.

Foi aqui já referido o facto de terem sido inscritas verbas em sede do Orçamento do Estado para a selagem dos escombros provenientes das minas de urânio na Zona Centro — estamos a falar dos distritos de Coimbra, Guarda e Viseu. No entanto — e este é que é o facto —, estas verbas nunca chegaram a ser disponibilizadas. Na verdade, ao longo dos últimos anos não tem havido disponibilidade orçamental para que os trabalhos sejam iniciados, conduzidos e concluídos, que é aquilo que, hoje, estamos aqui a debater.

Portanto, o que lhe pergunto é se a disponibilização destas verbas é uma realidade, se elas existem e se em sede de orçamento rectificativo vai haver alguma provisão para a conclusão dos trabalhos.

Quero ainda questioná-lo sobre uma outra matéria: a que tem a ver com a monitorização das condições de saúde da população.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Terminou o seu tempo, Sr.^a Deputada.

A **Oradora**: — Sr. Secretário de Estado, esta é uma matéria extremamente importante, porque estamos

a falar de populações que vivem o resultado da contaminação ao longo de anos sucessivos. Portanto fazer a monitorização da saúde — termine Sr. Presidente e peço desculpa — destas populações é absolutamente inadiável e importa saber se há ligação entre o Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional e o Ministério da Saúde, no sentido de uma convergência de esforços para dar resposta a esta necessidade.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado do Ambiente.

O Sr. **Secretário de Estado do Ambiente**: — Sr. Presidente, vários Srs. Deputados apelaram a que não se falasse do passado e eu estou muito tentado a seguir esse apelo, quer porque, realmente, o futuro é mais importante quer porque me parece ser um considerável despudor vir a apagar do passado algumas coisas como o Programa de Reabilitação Ambiental de Áreas Mineiras Abandonadas, que reafirmo ter sido lançado pelo então Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território, Eng.º José Sócrates, do que resultou, por exemplo, a recuperação da mina de Jales, que não sendo de urânio não é por isso menos importante.

Depois houve o hiato que referi e, em Janeiro de 2005 — disse bem —, foi relançado um plano para recuperação de minas, que incide, nomeadamente, na da Urgeiriça. O que não vamos fazer é deixar esse plano parado três anos para voltar a pegar nele daqui a três anos!... Esse plano vai continuar.

Portanto, quanto à mina da Urgeiriça, como já disse, o plano está em curso — começou há um mês e decorre até 2006 — nessa mina e noutras. À luz deste plano, que não lançámos mas que vamos continuar, iremos resolver o problema dos minas de urânio no caso concreto de que estamos a falar.

O Sr. Deputado Francisco Madeira Lopes falou que a vedação é só um símbolo. Bom, é um símbolo que está na resolução que esta Casa aprovou, e muito bem, em 2001. Entre outras coisas, ela pede a vedação dessas áreas, o que foi iniciado há um mês!

Em todo o caso, não está certamente à espera que eu venha discutir condicionantes técnicas e declarações de impacte ambiental para esta Casa, porque elas são muitas. O que tenho de saber é se elas estão a ser cumpridas e não tenho informação de que não estejam.

Quanto ao facto de haver sugestões em sede de audição pública que não são levadas em conta, acontece bastíssimas vezes que opiniões que são transmitidas não são levadas em conta. É por isso que temos técnicos que as avaliam e peritos que decidem, como na altura foi feito.

Quanto ao Sr. Deputado Renato Sampaio, que falou em novo impulso, quero dizer que não vamos parar o que está em curso, que prevê uma intervenção que não vai resolver todo o passivo ambiental das minas e que vai decorrer até 2006. Mas como já disse e reafirmo, o Instituto Nacional dos Resíduos tem como investimento prioritário, que apoiaremos, para de 2006 a 2009 um projecto que visa resolver os problemas genéricos dos solos contaminados, não só os mineiros mas também os mineiros, ao longo de todo o território nacional. Tais solos estão devidamente identificados e a acção decorrerá de Janeiro de 2006 a Dezembro de 2009, com um investimento que pode ascender a 150 milhões de euros.

Portanto, reafirmo que não vamos demorar três anos sem fazer nada...

A Sr.^a Rosa Maria Albernaz (PS): — Bem lembrado!

O **Orador**: — ... e que vamos manter este assunto prioritário exactamente onde deve estar.

Finalmente, quanto à epidemiologia e à saúde pública, mais uma vez há um projecto que está em curso e que também não vamos parar. É o projecto MinUrar, já aqui citado por um Sr. Deputado, que visa, precisamente, um estudo epidemiológico e ambiental e que está a cargo do Instituto Nacional de Saúde, do Instituto Geológico e Mineiro, do Instituto Tecnológico e Nuclear, da Administração Regional de Saúde, do Centro Regional de Saúde Pública do Centro e do Hospital S. Teotónio, de Viseu.

Pela minha leitura da Resolução da Assembleia da República n.º 34/2001, as várias recomendações que nela são feitas estão a ser tidas em conta de uma forma ou de outra, em particular neste caso mais grave da Urgeiriça, e não seremos nós a abandonar o cumprimento dessa resolução.

Applausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Srs. Deputados, vamos passar à quinta pergunta, sobre quais são as razões de ordem técnica, financeira ou outra que conduziram o Governo a suspender a construção do centro materno-infantil do Norte, junto do Hospital de São João, que vai ser respondida pela Sr.^a Secretária de Estado Adjunta e da Saúde.

Peço aos Srs. Deputados que tenham atenção aos tempos, uma vez que o Regimento refere que o período global destinado a cada pergunta, designadamente os pedidos de esclarecimentos adicionais, é de 20 minutos. Ora, se cada Deputado exceder o tempo, isto prejudicará as inscrições e poderemos ter que não dar a palavra a Deputados que estejam inscritos para esse efeito.

Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Sampaio para formular a pergunta. Dispõe de 3 minutos.

O Sr. **Renato Sampaio** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^a Secretária de Estado Adjunta e da Saúde, Srs. Deputados, o centro materno-infantil do Norte constitui uma antiga e velha aspiração da região Norte, tendo em conta a progressiva desadequação física da Maternidade Júlio Dinis e do Hospital Maria Pia. Por isso, a necessidade de dar uma resposta a um problema específico que existe.

Depois de muitas hesitações, no tempo dos governos socialistas deram-se passos decisivos para a implementação deste projecto. E os mais importantes foram: o estabelecimento de um programa funcional, articulado com um conjunto de entidades envolvidas, nomeadamente a Maternidade Júlio Dinis, o Hospital Maria Pia, os serviços de Obstetrícia e de Pediatria do Hospital Geral de Santo António e do Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia, no que constitui uma proveitosa concentração de recursos, sempre tão difíceis de implementar. Foi feita a aquisição do terreno, junto à Maternidade Júlio Dinis, que envolveu um moroso e complexo processo de realojamento de 150 famílias. Foi feito e elaborado o anteprojecto de arquitectura.

Por isso, em 2002, o ponto da situação era este: tínhamos um programa funcional, tínhamos o terreno, tínhamos verbas inscritas em PIDDAC. Portanto, estavam criados os consensos necessários para a construção do centro materno-infantil junto da Maternidade Júlio Dinis.

Tudo o resto é a novela que já conhecemos.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Os governos de direita decidiram pela não construção do centro materno-infantil no local previsto. De então para cá, não mais parou a contestação da sociedade portuense e da generalidade dos técnicos, que não abrandou com a decisão de transformar o equipamento num anexo ao Hospital de São João.

O próprio projecto no Hospital de São João manteve-se numa espécie de marasmo. O programa funcional nunca foi objecto de discussão pública. O financiamento inscrito para 2005, de cerca de 3,4 milhões de euros, não assegurava a prossecução da obra e o espaço na cerca do Hospital de São João continua indisponível.

Independentemente de tudo isto, Sr.^a Secretária de Estado, temos também a consciência da necessidade da construção deste equipamento hospitalar.

Assim, porque nos parece pertinente, gostava que o Governo nos esclarecesse se existem, e quais são, motivações de natureza técnica, financeira ou outra que sustentam a decisão de suspender o projecto junto ao Hospital de São João.

Applausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Para responder à pergunta formulada, tem a palavra a Sr.^a Secretária de Estado Adjunta e da Saúde.

A Sr.^a **Secretária de Estado Adjunta e da Saúde** (Carmen Pignatelli): — Sr. Presidente, como é a primeira vez que me encontro nesta Legislatura, quero começar por saudar esta Câmara e desejar que do seu trabalho, resulte tudo aquilo que, creio, desejamos, independentemente do lado político em que nos situamos, e que é melhorar a vida de todos os portugueses, em especial dos que mais precisam.

Em relação ao centro materno-infantil do Norte, aproveito para dizer que este projecto foi um dos que me levou há nove anos para o Ministério da Saúde.

Com efeito, entrei no Ministério da Saúde em Abril de 1996 para continuar a gestão de um programa do II Quadro Comunitário de Apoio, onde já estava inscrito o centro materno-infantil do Norte. Reparem na data: Abril de 1996.

Quais foram as razões que nos levaram a suspender o projecto?

Vozes do PSD: — Mal!

A **Oradora**: — Quando regressámos ao Ministério da Saúde, tínhamos uma opção que não era bem vista pela comissão regional de saúde da mulher, da criança e do adolescente. Essa comissão, em 2002 e 2003, proferiu pareceres no sentido de outra decisão. Essa comissão referia que na região do Norte, no Porto, deveriam existir dois pólos assistenciais nesta área: um, no Hospital Geral de Santo António, em apoio à Maternidade Júlio Dinis e ao Hospital Maria Pia; e outro, no Hospital de São João.

Portanto, atendendo a este parecer, porque o Governo decide com base em pareceres e estudos técnicos...

Protestos do PSD e do CDS-PP.

Quando tomámos decisões, fizemo-lo com fundamentação técnica.

Vozes do PCP: — Mál!

A Oradora: — Ora, o que é que neste momento acontece? Acontece que a opção pelo Hospital de São João não tem parecer técnico favorável.

Protestos do Deputado do PCP Honório Novo.

E acresce o seguinte: não temos verbas para levar a cabo esta decisão.

O Sr. **Pedro Duarte** (PSD): — Não há dinheiro para as crianças mas há para as SCUT!

A Oradora: — Devo informar, porque acompanhei o processo desde o início, que uma das razões que levou o governo cessante a optar pela solução no Hospital de São João, era a da redução dos custos. Na altura, o projecto que estava em cima da mesa era da ordem dos 80 milhões de euros...

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Sr.^a Secretária de Estado, terminou o seu tempo. Tem de concluir.

A Oradora: — ... e invocaram que tinham um projecto da ordem dos 30 milhões de euros.

O Sr. **Álvaro Castello-Branco** (CDS-PP): — Financiado por quem?!

A Oradora: — O projecto que viemos a encontrar é de mais de 60 milhões de euros, repito, é de mais de 60 milhões de euros, e não os 30 milhões de euros inicialmente previstos.

Portanto, apresentei razões técnicas e financeiras para o abandono desta solução.

Applausos do PS.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — MÁS! Nada convincentes!

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Agradecendo à Sr.^a Secretária de Estado a saudação que fez à Câmara, dou a palavra ao Sr. Deputado Renato Sampaio para pedir esclarecimentos adicionais.

O Sr. **Renato Sampaio** (PS): — Sr. Presidente, é evidente que não tenho grandes esclarecimentos a pedir à Sr.^a Secretária de Estado, uma vez que justificou técnica e financeiramente o abandono deste projecto. Provavelmente, eu teria de perguntar aos anteriores governos do PSD/PP qual a razão por que teriam abandonado a solução da Maternidade Júlio Dinis.

Uma vez que isso não é possível, direi à Sr.^a Secretária de Estado que me sinto esclarecido.

Applausos do PS.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Oh!...

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Muito obrigado, Sr. Deputado, pela sua gestão criteriosa do tempo! Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra a Sr.^a Deputada Regina Ramos Bastos. Dispõe de 1 minutos e 30 segundos.

A Sr.^a **Regina Ramos Bastos** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^a Secretária de Estado Adjunta e da Saúde, Sr.^{as} e Srs. Deputados, saúdo a presença da Sr.^a Secretária de Estado, mas permitam-me que lamente a ausência do Sr. Ministro da Saúde.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Oradora: — Infelizmente, a razão que justifica a vinda de V. Ex.^a, hoje, a esta sessão plenária não é motivo de satisfação para 3,5 milhões de pessoas da região Norte do País, que esperam há mais de 23 anos pela construção do centro materno-infantil do Norte, que o Sr. Ministro da Saúde estridentemente decidiu suspender.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Oradora: — A pergunta que o Sr. Deputado da maioria que apoia o Governo de que faz parte formula coloca V. Ex.^a na situação de justificar o injustificável.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Oradora: — A questão que hoje o Sr. Deputado socialista coloca ao seu Governo é no sentido de apurar as razões da não realização de uma obra esperada há muito tempo por quem tem a legítima expectativa de ter acesso a uma unidade de cuidados de saúde que responda às suas necessidades.

As razões que levaram o governo liderado pelo PSD a decidir construir o centro junto ao Hospital de São João foram, e são, de uma total transparência. O centro era um projecto velho, de mais de 20 anos, sempre em debate, mas faltando sempre a decisão final e a sua concretização.

Em 2003, o governo liderado pelo PSD...

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Esgotou o seu tempo, Sr.^a Deputada.

A Oradora: — Sr. Presidente, peço a sua tolerância para explicar esta questão.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Sr.^a Deputada, não pode haver tolerância, o tempo tem de ser igual para todos. O tempo total é de 20 minutos e, se não for respeitado, haverá Srs. Deputados que não poderão usar da palavra.

A Oradora: — Sr. Presidente, vou tentar abreviar.

O governo reequacionou o projecto, sustentado em pareceres técnicos da Direcção-Geral de Saúde, dos Colégios da Especialidade de Pediatria e Obstetrícia da Ordem dos Médicos, nas novas tecnologias europeias e nas recomendações emitidas pelos organismos nacionais e internacionais.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Tem de terminar, Sr.^a Deputada.

A Oradora: — O custo previsível do projecto inicial do governo PS era de 85 milhões de euros. Os custos da opção da nova localização não ultrapassariam os 38 milhões de euros...

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Sr.^a Deputada, o seu tempo esgotou-se há muito. Tem de terminar, senão ser-lhe-á desligado o microfone.

A Oradora: — Sr. Presidente, terminei, dizendo apenas isto: ao Sr. Ministro da Saúde lançamos o desafio de não temer dizer quais as verdadeiras razões que levaram a esta lamentável decisão de suspender a construção do centro e, desde já, a comprometer-se com uma data para o início da sua construção.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Oradora: — Fazemo-lo em nome...

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Como já tinha alertado, Sr.^a Deputada, o seu tempo terminou.

Aplausos do PSD e do CDS-PP à intervenção da Deputada Regina Ramos Bastos.

Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^a Secretária de Estado Adjunta e da Saúde, o Ministério da Saúde vem aqui hoje pretender dar explicações sobre a decisão de não construção do centro materno-infantil do Norte. Já o podia ter feito, se tivesse respondido a um requerimento exactamente neste sentido que apresentei ao Ministério da Saúde há cerca de 10 dias.

Mas, Sr.^a Secretária de Estado, eu entendo: veio aqui dar uma resposta preparada a um colega que há muito, publicamente, se manifestou contra a construção deste centro materno-infantil.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Ora bem!

O Orador: — Agora esse colega já ficou a saber que, além dele, também o Ministério e o Ministro são contra a construção do centro materno-infantil!

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Sr.^a Secretária de Estado, o que é lamentável é que o centro materno-infantil continue a ser uma arma de arremesso político-partidário na cidade do Porto. Isto é que é lamentável!

Vozes do PCP e de Os Verdes: — Muito bem!

O Orador: — Porque, Sr.^a Secretária de Estado, são 17 anos de debate, 17 anos de conversa,...

Vozes do PCP: — Uma vergonha!

O Orador: — ... 17 anos de adiamento da construção, 13 anos de inscrições no PIDDAC...

Sr.^a Secretária de Estado, em 2000, no Orçamento do PS, estavam inscritos 66 milhões de euros; em 2003, no Orçamento do PSD, estavam inscritos 63 milhões de euros. Portanto, não há qualquer diferença!

A Sr.^a **Luísa Mesquita** (PCP): — É verdade!

O Orador: — Mas o que espanta é que o Ministério anula, o Ministério diz que não constrói o centro materno-infantil, mas o Ministro e o Ministério vêm dizer que não têm qualquer razão técnica para anular a construção desse centro. Esta é que é a verdade!

Sr.^a Secretária de Estado, explique, se tem explicações a dar, ao País, às mulheres, ao Norte do País! O que parece, parece que é, Sr.^a Secretária de Estado. E o que parece é que os senhores, tal como o PSD em 2002/2003,...

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Sr. Deputado, o seu tempo esgotou-se.

O Orador: — ... não querem, de facto, construir o centro materno-infantil do Norte! Esta é a verdade, Sr.^a Secretária de Estado.

Applausos do PCP e da Deputada de Os Verdes Heloísa Apolónia.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Para pedir esclarecimentos adicionais tem a palavra a Sr.^a Deputada Teresa Caeiro.

A Sr.^a **Teresa Caeiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^a Secretária de Estado Adjunta e da Saúde, gosta de começar por saudá-la nesta sua primeira vinda ao Plenário, embora já tenha estado na Comissão de Saúde.

Sr.^a Secretária de Estado, não admira que quando, em 1996, chegou ao Ministério da Saúde já tivesse encontrado alguns dos muitíssimos estudos relativos a esta questão porque há inscrições em PIDDAC desde 1987.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Desde 1983, Sr.^a Deputada!

A Oradora: — O que admira — isso, sim — é que, desde então, há quase 20 anos, esteja em discussão permanente, com estudos, planos e projectos, uma questão tão fundamental e de interesse público para toda a região do Norte.

É que, Sr.^a Secretária de Estado, não está em causa apenas a população do Porto mas a de todo o Norte do País. E o que está em causa não é um qualquer interesse público, é a saúde dos cidadãos!

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

A Oradora: — O que está aqui em causa é a saúde dos cidadãos mais jovens, as crianças e os adolescentes.

Sr.^a Secretária de Estado, são muito concretas as questões que quero colocar-lhe.

O Governo assume, de uma vez por todas, de forma irreversível e definitiva, o compromisso de dar andamento a este processo?

Por parte do CDS-PP, Sr.^a Secretária de Estado, tem a nossa concordância, qualquer que seja o local escolhido. É-nos indiferente que seja perto do Hospital de S. João, do de S.^o António ou da Maternidade Júlio Dinis. É preciso que vá para a frente este projecto que já tem 20 anos e que se acabe de vez com os argumentos e as desculpas dos planos e dos projectos.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

A Oradora: — Sr.^a Secretária de Estado, sabemos que o Sr. Ministro deu um prazo de dois meses à ARS do Norte para se pronunciar sobre este assunto.

Portanto, pergunto se podemos ter a garantia de que, daqui a dois meses, chamamos à Assembleia um

representante do Ministério da Saúde que nos dará resposta relativamente a esta matéria.

Em segundo lugar, podemos ter a garantia, por parte do Ministério, de que este processo vai ser irreversível e definitivamente concluído?

Dê-nos essas garantias, Sr.^a Secretária de Estado.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Para um pedido de esclarecimento adicional, tem a palavra a Sr.^a Deputada Alda Macedo.

A Sr.^a **Alda Macedo** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^a Secretária de Estado, deixe-me dizer-lhe que, aqui, a sua posição é um pouco ingratá porque se defronta com os herdeiros de uma maioria PSD/PP que foi quem estrangulou e deu o nó final no centro materno-infantil do Norte que já tinha aprovados os respectivos projectos funcional e de arquitectura e o próprio terreno pronto para o arranque da obra, com verbas já inscritas em PIDDAC.

Aplausos de Deputados do PS.

Foi, pois, a coligação PSD/PP, no governo, na altura, que congelou a construção do centro materno-infantil e que, agora, se manifesta escandalizada face à decisão tomada, que é a acertada, de construir o centro materno-infantil, decisão sobre a qual, pelos vistos, o Ministério precisa de confirmação. A verdade é que este centro materno-infantil é um equipamento absolutamente fundamental, não só para o distrito do Porto como para toda a região Norte.

Lembro-lhes, Sr.^{as} e Srs. Deputados, que a região Centro é a que tem os dados mais favoráveis ao nível da saúde materno-infantil no nosso país e que tal se deve a um centro de excelência ao nível dos cuidados de saúde na área materno-infantil.

Aprendemos com os exemplos positivos que existem e vamos para a frente com este projecto porque faz falta e pode constituir um ponto de referência para toda a região do norte peninsular.

Posto isto, passo à questão que queria colocar-lhe, Sr.^a Secretária de Estado.

Este é um projecto que não avança sem os técnicos de saúde. Assim, a questão que coloco é no sentido de saber se os técnicos de saúde do Hospital Maria Pia e da Maternidade Júlio Dinis serão envolvidos, no futuro, como o foram no passado, na produção deste programa funcional e na sua reavaliação e aferição, como faz falta.

Vozes do BE: — Muito bem!

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Para responder aos pedidos de esclarecimento formulados, tem a palavra a Sr.^a Secretária de Estado Adjunta e da Saúde.

A Sr.^a **Secretária de Estado Adjunta e da Saúde**: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Regina Bastos, lamentou a ausência do Sr. Ministro da Saúde neste debate. Não sei porque o faz, pois o Sr. Ministro delegou competências nos seus Secretários de Estado e confia neles.

Aplausos do PS.

Protestos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Exactamente! O mesmo não acontecia convosco!

A Oradora: — Efectivamente, nós somos uma equipa.

Vozes do PS: — Muito bem!

A Oradora: — A Sr.^a Deputada Regina Bastos referiu que os anteriores governos de maioria PSD/PP decidiram com base em estudos da Direcção-Geral da Saúde. Ora, devo dizer-lhe que está com imenso azar, Sr.^a Deputada. Sabe porquê? É que eu própria participei sempre nas primeira reuniões em que estas questões foram decididas.

Inicialmente, a Direcção-Geral da Saúde não tinha estudos que lhe foram encomendados à *façon*. Percebe o que quero dizer?

Perguntou-me qual a data para o início do projecto. Como já referi, voltámos à estaca zero.

Vozes do PSD: — Bem parece!

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Ah! Há 20 anos que é assim!

A Oradora: — Quando estivemos no governo, tínhamos um projecto, um programa funcional e terrenos, e apenas ficou a faltar uma coisa, sobre que, na altura, eu própria proferi um despacho deixando a decisão para o governo seguinte. Isto porque o orçamento que correspondia ao programa funcional era superior ao que estava inscrito em PIDDAC e, tanto quanto sei, nenhum membro de governo pode decidir incorrer numa despesa superior à que está inscrita em PIDDAC.

Assim, em Março de 2002, proferi um despacho em que dizia que o governo seguinte resolvesse a situação e decidisse. Mas repito que já tínhamos terrenos, programa funcional e inscrição em PIDDAC.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Decidiu e agora voltaram à estaca zero!

A Oradora: — Ora, Sr.^a Deputada, o que agora viemos encontrar foi um programa funcional feito por encomenda sem fundamentação técnica.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Isso é conversa!

A Oradora: — Temos pareceres da comissão regional de saúde da mulher, da criança e do adolescente, que não vão ao encontro da solução preconizada de construção do centro materno-infantil no Hospital de S. João.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Exactamente!

A Oradora: — Temos um projecto inicialmente previsto para controlar e reduzir os custos mas, afinal, a actual estimativa de custos é igual à que nós próprios tínhamos quando estivemos no governo, é da ordem de 60 milhões de euros, o que é quase como meter um hospital dentro de outro hospital.

Protestos do PSD.

E, agora, nem sequer temos os terrenos!

A Sr.^a Deputada Teresa Caeiro afirmou que, no anterior governo do PS, fizemos muitos estudos. Mas quer saber uma coisa? A partir do momento em que foi decidido que iríamos construir o centro materno-infantil do Norte junto à Maternidade Júlio Dinis — a decisão data de 1996 —, começámos de imediato a adquirir terrenos para o efeito, um dos quais por expropriação amigável, para juntar a um outro junto à Maternidade Júlio Dinis de que já tínhamos posse desde 1984.

Portanto, na altura, já tínhamos orçamentado, tínhamos começado a adquirir terrenos e desenvolvemos de imediato o programa funcional. Quando deixámos o governo, em Março/Abril de 2002, o projecto estava inscrito em PIDDAC e, porque, que eu saiba, nenhum membro de governo pode decidir despesas para além do que está previsto no Orçamento do Estado, apenas faltava decidir como se iria encaixar um orçamento de um programa funcional da ordem de 80 milhões de euros, verba que era superior à que, repito, estava inscrita em PIDDAC. Portanto, deixei tudo pronto. Só faltava a decisão por parte do governo que veio a seguir.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Voltou tudo atrás!

A Oradora: — Efectivamente, na vigência do governo que se seguiu, voltou tudo atrás.

Volto a dizer que os Srs. Deputados estão com imenso azar no que se refere a esta matéria porque eu própria participei desde 1996 nos trabalhos preparatórios relativos a esta questão e, depois, em todos os trabalhos relativos ao Hospital de S. João.

Applausos do PS.

Protestos do PSD e do CDS-PP.

Passo a uma outra questão.

O actual Governo é muito acusado de fazer estudos. Efectivamente, trabalhamos desse modo. Quando prometemos é porque sabemos que podemos cumprir...

A Sr.^a **Teresa Caeiro** (CDS-PP): — Só fazem estudos!

A Oradora: — ... e quando decidimos é porque temos fundamentação técnica para o fazer.

Applausos do PS.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Foi assim que tomaram a decisão no caso do hospital central do Algarve?!

A **Oradora**: — Nós não tomamos decisões nem opções técnicas sentados à volta de uma mesa.

A actual equipa do Ministério da Saúde deu um prazo de dois meses à Administração Regional de Saúde do Norte para estudar o que fazer agora. Ora, se o Sr. Ministro disse, prometeu. Se prometeu, cumpre.

O Sr. **Hermínio Loureiro** (PSD): — Tem dias!

A **Oradora**: — Sr.^a Deputada Alda Macedo, quanto à decisão que vier a ser tomada sobre a solução que teremos de encontrar, há que ter em conta que já não temos os terrenos de que dispúnhamos. O Ministério foi praticamente espoliado de terrenos que, ao longo de vários anos, tinha conseguido obter junto da Maternidade Júlio Dinis para construir o centro materno-infantil do Norte. Actualmente, nada temos. Quanto a terrenos, temos «zero»! Desapareceram!

Applausos do PS.

Vozes do PSD: — Oh!...

A **Oradora**: — Portanto, Sr.^a Deputada Alda Macedo, é óbvio que, na solução a encontrar, os profissionais de saúde da Maternidade Júlio Dinis, do Hospital Maria Pia e de todos os outros da região Norte que se interessam pela saúde da mulher, da criança e do adolescente serão chamados para se pronunciarem sobre a matéria.

Applausos do PS.

O Sr. **Álvaro Castello-Branco** (CDS-PP): — Sr. Presidente, peço a palavra para uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — É sobre a condução dos trabalhos, Sr. Deputado?

O Sr. **Álvaro Castello-Branco** (CDS-PP): — Sr. Presidente, é sobre a Acta desta sessão.

É para requerer que se proceda com a máxima urgência à distribuição da Acta da presente sessão, uma vez que o Partido Socialista afirmou repetidas vezes ao longo dos últimos tempos que o governo do PSD e do CDS não tinha um projecto funcional para o centro materno-infantil...

O Sr. **José Apolinário** (PS): — Isso não é uma interpelação!

O **Orador**: — ... e a Sr.^a Secretária de Estado acabou de afirmar que tal projecto funcional existia e que o encontrou no Ministério quando assumiu as actuais funções governativas.

O Sr. **José Apolinário** (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. **José Apolinário** (PS): — O que acabámos de ouvir não foi uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente!

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Sr. Deputado José Apolinário, o entendimento sobre se se trata ou não de uma interpelação é da competência da Mesa,...

O Sr. **José Apolinário** (PS): — É do Sr. Presidente que pertence à mesma bancada do Sr. Deputado!

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — ... independentemente da bancada que a requer, como o Sr. Deputado sabe. De resto, dei-lhe a palavra a si próprio nos mesmos termos em que a dei ao Sr. Deputado Álvaro Castello-Branco.

Passamos agora à pergunta seguinte...

O Sr. **Mendes Bota** (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra para uma interpelação à Mesa sobre o andamento dos trabalhos.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Mendes Bota** (PSD): — Sr. Presidente, através de V. Ex.^a, gostaria de solicitar ao Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares que se digne informar esta Câmara sobre as razões concretas e verdadeiras da ausência do Sr. Ministro da Saúde neste debate.

A Sr.^a **Rosa Maria Albernaz** (PS): — Era o que faltava!

O **Orador**: — Gostaria também de perguntar, através de V. Ex.^a, se, no que se refere a sessões como a de hoje, o Governo tenciona passar a ter por hábito e costume enviar apenas secretários de Estado quando, de facto, o Governo é formado, em primeira linha, por ministros.

No caso concreto da pergunta que se vai seguir e que será formulada por mim próprio, gostaria de esclarecer que o interesse que manifesto na presença do Sr. Ministro para responder directamente à pergunta deve-se ao facto de ele ser o principal intérprete do tema da pergunta.

Portanto, gostaria de ser esclarecido quanto a saber se o Governo pretende contribuir para a desvalorização das sessões de perguntas ao Governo, que se realizam à sexta-feira de manhã, não enviando a este Plenário os titulares das pastas que mais directamente são responsáveis pelas matérias que são objecto das perguntas colocadas.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Tomei nota de que o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares pediu a palavra. Não obstante, primeiro, vou responder ao Sr. Deputado Mendes Bota.

Sr. Deputado, não vamos prolongar um debate sobre interpelações à Mesa nem criar um incidente em torno desta matéria. Como o Sr. Deputado sabe, o Governo faz-se representar nestas sessões nos termos que entende e por quem entende e os Srs. Deputados têm legitimidade para fazer as perguntas. De resto, o próprio Sr. Deputado está inscrito para formular a pergunta que vai seguir-se.

Quanto à distribuição urgente da Acta, solicitada pelo Sr. Deputado Álvaro Castello-Branco, é feita nos termos normais. Também aí não há qualquer novidade nem a questão que colocou tem qualquer fundamento.

Reipo que o Governo tem legitimidade para se fazer representar como entender nestas sessões e, aliás, sempre assim foi. Peço, pois, aos Srs. Deputados que não criem este tipo de incidentes.

Se o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares quiser usar da palavra para prestar esclarecimentos, fá-lo-á, mas volto a pedir que não alimentemos discussões sobre uma matéria que não levanta dúvidas, pois o Governo sempre foi representado por quem entendeu e continuará a proceder do mesmo modo.

Entretanto, o Sr. Deputado Honório Novo também já se tinha inscrito para uma interpelação à Mesa, mas volto a dizer aos Srs. Deputados que não abrirei um debate sobre esta matéria. Os trabalhos continuarão como previamente agendados e, com estes incidentes, estamos a prolongar o tempo dos trabalhos.

No entanto, uma vez que há inscrições para interpelações à Mesa, darei a palavra aos Deputados que a solicitaram, no mesmos termos e a cada uma das bancadas. Mas que fique claro que não faremos um debate sobre esta matéria, designadamente porque não vejo que haja fundamento para tal.

Tem, então, a palavra o Sr. Deputado Honório Novo para uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sr. Presidente, farei uma interpelação no sentido rigoroso da palavra.

Face a uma série de informações factual e documentalmente menos correctas transmitidas pela Sr.^a Secretária de Estado, peço ao Sr. Presidente que, através da Mesa, seja possível fazer chegar à Sr.^a Secretária de Estado cópia dos PIDDAC incluídos nos Orçamentos do Estado desde 1993 até 2004, para que a Sr.^a Secretária de Estado tome conhecimento e possa corrigir alguns erros que cometeu na explanação que fez, independentemente de eu também registar que, quanto à resposta por mim solicitada, a Sr.^a Secretária de Estado disse «zero», o que, face às circunstâncias, não me espanta.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Sr. Deputado, não vamos prolongar este incidente, pelo que vou só dar a palavra, para terminarmos esta matéria, ao Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

Aliás, a este propósito, devo dizer o seguinte: os Srs. Deputados têm direito de palavra e direito de inscrição no período normal das perguntas. Os Srs. Deputados perguntam como entendem e o Governo responde como entende. Assim, apreciações sobre as perguntas ou sobre as respostas não cabem obviamente em interpelações à Mesa, nem são responsabilidade da Mesa.

Applausos do PS.

Propunha-me encerrar este período de interpelações à Mesa, dando a palavra ao Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Sr. Presidente, registo, em primeiro lugar, que a sufi-

ciência das respostas apresentadas ao problema colocado pelo Sr. Deputado interpelante levou a que algumas bancadas tivessem tentado, a coberto da figura da interpelação à Mesa, acrescentar valor ao pouco valor das suas intervenções iniciais — isto é um juízo político.

Aplausos do PS.

Protestos do PSD.

Em relação às questões regimentais aqui colocadas, revejo-me inteiramente — outra coisa não seria de esperar — na interpretação feita pelo Sr. Presidente e que é a interpretação literal do Regimento. O Regimento limita-se a dizer que as perguntas de âmbito geral são feitas ao Governo, que o Governo escolhe as perguntas a que quer responder segundo certas regras e que se faz representar.

Há, porém, dois pontos que não gostaria de deixar passar em claro. O primeiro é este: constituem o Governo o Primeiro-Ministro, ministros, secretários de Estado e subsecretários de Estado (caso os haja). O Governo representa-se por secretários de Estado, o que não significa que se represente «apenas» por secretários de Estado. A teoria dos secretários de Estado como «ajudantes do Governo» não pertence nem à prática nem ao entendimento político do Partido Socialista.

Aplausos do PS.

O segundo ponto é o seguinte: com este tipo de representação, o Governo valoriza — não desvaloriza — as sessões de perguntas da Assembleia. Valoriza, fazendo-se representar e dando as respostas que entende dar às perguntas que são colocadas. O que desvaloriza a Assembleia são intervenções como a do Sr. Deputado Mendes Bota.

Aplausos do PS.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Sr. Deputado, penso que este incidente devia considerar-se encerrado, estamos a prejudicar os trabalhos e os habituais pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados ao Governo. De qualquer maneira, se for sobre a condução dos trabalhos, dou-lhe a palavra, mas peço-lhe que seja mesmo sobre essa matéria, sob pena de não poder ser.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Sr. Presidente, peço desculpa, mas, depois do que ouvi, tenho de apresentar um protesto em nome da bancada do Partido Social Democrata, uma vez que a Mesa não repreendeu o Sr. Ministro por uma afirmação que, do meu ponto de vista, sai completamente da lógica do debate político, quando se atreve a dizer que uma intervenção livre de um Sr. Deputado nesta Câmara desvaloriza a Assembleia da República. Isto não é maneira de se dirigir à Câmara.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Peço imensa desculpa, mas tenho de deixar aqui um protesto à Mesa. Uma coisa foi o que o Sr. Presidente disse, no que me revejo integralmente, ao afirmar que cada bancada é livre de fazer as intervenções políticas que bem entende como o Governo é livre de se fazer representar por quem bem entende, sendo que a opinião expressa por alguns Srs. Deputados é uma opinião política. Já chamar a isso um acto de desvalorização do órgão de soberania Assembleia da República é uma ofensa à bancada do Partido Social Democrata.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Está registado o seu protesto, Sr. Deputado.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Sr. Ministro, peço desculpa, mas não vou dar-lhe a palavra novamente sobre esta matéria. Não haverá mais interpelações à Mesa. Temos de prosseguir a nossa sessão de perguntas.

Protestos do PS.

Sr. Ministro, tenho muita pena, mas já se expressou livremente sobre esta matéria, o Sr. Deputado Luís Marques Guedes fez um protesto...

Protestos do PS.

A Sr.^a **Ana Catarina Mendonça** (PS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Srs. Deputados, sugeria que não prolongássemos este incidente e passássemos à pergunta do Sr. Deputado Mendes Bota. O Sr. Ministro já se expressou livremente sobre esta matéria e o Sr. Deputado Luís Marques Guedes fez exactamente o mesmo. Há entendimentos diversos, mas esta não é a questão nem o tema dos trabalhos de hoje.

O Sr. **José Apolinário** (PS): — Peço a palavra.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **José Apolinário** (PS): — Sr. Presidente, quero fazer uma interpelação à Mesa sobre a organização dos trabalhos. Antes disso, porém, devo dizer que a minha direcção de bancada pediu a palavra porque o Sr. Presidente deu a palavra a todos os representantes de vários grupos parlamentares, mas não ao do Partido Socialista.

Voltando à interpelação, e tendo o Sr. Ministro trazido aqui uma interpretação segundo a qual o Governo responde, através dos ministros ou dos secretários de Estado, nas sessões de perguntas de âmbito geral ao Governo, gostaria de fazer uma interpelação directa ao Sr. Presidente, que tem a ver com o seguinte: durante a anterior Legislatura, o Sr. Presidente foi líder de bancada e o Sr. Deputado Marques Guedes também pertenceu à direcção de bancada. Pergunto: durante esse tempo, alguma vez esteve aqui um ministro a responder às perguntas dos Deputados, à sexta-feira de manhã? Responda, Sr. Presidente.

O Sr. **Pedro Mota Soares** (CDS-PP): — Por acaso, esteve!

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Sr. Deputado José Apolinário, com certeza que darei a palavra a todas as bancadas. Porém, a questão não é essa, a questão é que não cabe à Mesa responder a perguntas ou a interpelações dos Srs. Deputados que não digam respeito à condução dos trabalhos, e essa sua pergunta não diz.

Em relação a esta mesma matéria, creio que ficou clara a interpelação do Sr. Deputado Mendes Bota, assim como ficou clara a posição dos Srs. Deputados do Partido Socialista e a do Governo.

Quanto ao Governo, em termos regimentais, ele faz-se representar como entende, já o referi. Quanto à valorização ou desvalorização, essa é uma matéria opinativa, em relação à qual a Mesa não se pronuncia, já que lhe compete dirigir os trabalhos e não ter opinião sobre essa matéria.

Tendo o Sr. Deputado Luís Marques Guedes usado a figura do protesto, protesto que, do meu ponto de vista, não teria fundamento, uma vez que a Mesa não fez qualquer comentário opinativo sobre o que se passou aqui, existe, em termos regimentais, a figura do contraprotesto.

Assim sendo, e como há a insistência do Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares em intervir, darei a palavra, para encerrarmos — agora, definitivamente — este incidente ao Sr. Ministro para um contraprotesto ou para prestar esclarecimentos sobre o protesto efectuado, sendo esta a última intervenção sobre esta matéria, Srs. Deputados.

Tem a palavra, Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Sr. Presidente, há necessidade de sermos precisos nestas questões, para efeitos de registo na Acta.

O Sr. Deputado Mendes Bota perguntou ao Governo se era sua política continuar a desvalorizar os debates, fazendo-se representar pelos secretários de Estado. Ora, não entendo essa afirmação do Sr. Deputado Mendes Bota como uma ofensa pessoal, mas como um juízo político, e daí ter respondido com o meu juízo político. De facto, em minha opinião, o que poderia desvalorizar estas sessões não é o Governo fazer-se representar por membros do Governo mas, sim, intervenções que sugerissem que a representação do Governo, sendo feita a nível de secretários de Estado, desvalorizaria qualquer debate parlamentar.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Mas o que o senhor disse não foi o debate, foi a Assembleia!

O **Orador**: — Esses foram os termos que usei...

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Não, não! O senhor não falou em debate!

O **Orador**: — ... e usei-os em função...

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Não foi o debate!

O **Orador**: — Eu ouvi-os. Agora, façam favor de também me ouvir.

O Sr. Deputado Mendes Bota fez um juízo político e eu tenho o direito de fazer outro juízo político. O Sr. Deputado fez um juízo político acerca de uma decisão do Governo e eu faço um juízo político acerca dos termos da sua intervenção política.

Não há nada de pessoal, nada de ofensivo. Há, sim, necessidade de demarcarmos todos qual é a interpretação que fazemos acerca das regras de funcionamento desta Casa.

Aplausos do PS.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Só que o que o senhor disse foi que desvalorizava a Assembleia! O senhor falou na Assembleia!

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Esclarecidos os vários juízos sobre a matéria, vou agora dar a palavra ao Sr. Deputado Mendes Bota para formular a sua pergunta.

Chamo a atenção dos Srs. Deputados de que, com este incidente, gastámos algum tempo, pelo que, a partir de agora, a Mesa será absolutamente rigorosa com a disponibilidade dos tempos dos Srs. Deputados, sendo que, esgotados esses tempos, terá mesmo de cortar a palavra.

Assim sendo, para formular a próxima pergunta, sobre o hospital central do Algarve, que será respondida pela Sr.^a Secretária de Estado Adjunta e da Saúde, tem a palavra o Sr. Deputado Mendes Bota.

O Sr. **Mendes Bota** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr.^a Secretária de Estado Adjunta e da Saúde, a acreditar no que escreveram os jornais, o agora Ministro da Saúde afirmou, em entrevista concedida ao *Diário de Notícias*, publicada no dia 20 de Dezembro de 2004, «que o Hospital Central do Algarve pode esperar por melhores dias». E acrescentava que, no entender do Partido Socialista, seriam «prioritários os hospitais de Cascais, Loures, Sintra, Vila Franca de Xira e Braga», o que, por exclusão de partes, colocaria o Hospital Central do Algarve fora da lista de prioridades.

Todavia, talvez pressionado pela reacção das forças vivas da sociedade algarvia às citadas declarações, e com o aquecer da pré-campanha eleitoral que então decorria intensamente no Algarve, como em todo o País, o agora Ministro da Saúde deslocou-se expressamente ao Algarve, no dia 21 de Janeiro do ano corrente, onde participou numa conferência de imprensa, na qual proferiu algumas afirmações a propósito do hospital central do Algarve, que contrariaram totalmente a opinião do Sr. Ministro, expressa apenas um mês antes.

Nessa conferência de imprensa, e cito o jornal *Região Sul*, como poderia citar muitos mais, o agora Ministro da Saúde afirmou que «é indiscutível a necessidade de um Hospital Central no Algarve», adiantou, desde logo que, no seu entender, «as prioridades deveriam ir para a construção dos hospitais de Gaia e do Algarve» e até chegou ao ponto de estipular que o financiamento do mesmo «poderia ser encontrado no âmbito da discussão do próximo Quadro Comunitário de Apoio, ou seja, sempre depois de 2006».

Todavia, de forma totalmente inesperada, e através de um comunicado emitido no passado dia 3 de Maio, através do seu gabinete, o agora Ministro da Saúde colocou, de novo, em causa a prioridade e até a própria concretização do Hospital Central do Algarve, com o argumento de que não encontrou «estudo de sustentação conhecido», nem «documento técnico escalonando as prioridades de construção» dos vários hospitais, acrescentando à lista de Vila Nova de Gaia, Vila do Conde/Póvoa do Varzim, Guarda, Évora e Hospital Central do Algarve, o Hospital Oriental de Lisboa, um novo hospital na margem Sul e «eventualmente, outros», ou seja, uma lista aberta, que não tem fim e que coloca todas as prioridades anteriormente anunciadas em causa, inclusive, pelo agora Ministro da Saúde, deixando um grande mar de interrogações.

E fez mais: atirou para um prazo indefinido a realização de «estudos técnicos que permitam hierarquizar prioridades», a que se seguirá um «período de discussão pública» e uma decisão por parte da Assembleia da República.

Sr.^a Secretária de Estado Adjunta e da Saúde, o que o povo do Algarve exige, neste momento, é que o Governo garanta, ou não, de forma muito clara, que o Hospital Central do Algarve será construído e que está no topo das prioridades deste Governo, e diga qual a data que se estima para o arranque da construção e entrada em funcionamento.

A terminar gostaria de dizer o seguinte: nada me move contra a presença da Sr.^a Secretária de Estado Adjunta e da Saúde, que não tenho o prazer de conhecer — espero, no entanto, poder trabalhar consigo, como todos os Deputados desta Câmara —, mas também tenho o juízo político de que a ausência do Sr. Ministro da Saúde nesta pergunta em concreto, neste debate em concreto, sobre o Hospital Central do Algarve, acaba também por ser uma manifestação de fuga à discussão directa de um problema de que ele é um dos principais intérpretes.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Para responder, tem a palavra, por 3 minutos, a Sr.^a Secretária de Estado Adjunta e da Saúde.

A Sr.^a **Secretária de Estado Adjunta e da Saúde**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Mendes Bota, acho que é muito óbvio — e não vale a pena estarmos a discutir isso — a razão pela qual o Sr. Ministro da Saúde, em Dezembro de 2004, falou apenas nos hospitais de Cascais, Loures, Vila Franca de Xira e Braga e do equipamento e gestão do Centro de Medicina Física e Reabilitação do Sul, em São Brás de Alportel: é que, relativamente a esses, já havia compromissos contratuais assumidos e nós honramos os compromissos do Estado.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — É como no Porto, não é?! É como no centro materno-infantil do Norte, não é?!

A **Oradora**: — Em relação aos restantes, incluindo o projecto do hospital central do Algarve, recordo, Sr. Deputado Mendes Bota, que os governos da anterior maioria anunciaram, em Dezembro de 2002, que o concurso internacional para o hospital seria lançado, no máximo, até ao início de 2004, tendo reiterado essa intenção (até ao início de 2004) em Junho de 2003.

No entanto, apenas no dia 11 de Abril de 2005, o Ministério da Saúde recebeu carta da Associação de Municípios Faro/Loulé, comunicando ao Ministério da Saúde estarem reunidas as condições para a outorga da escritura de constituição do direito de superfície a favor do Ministério da Saúde.

Portanto, Sr. Deputado Mendes Bota, os prazos estabelecidos pelos anteriores governos eram uma ficção.

Applausos do PS.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Eram virtuais, como o Orçamento!

A **Oradora**: — Em relação ao que pretendemos fazer, Sr. Deputado, quero dizer-lhe o seguinte: para nós, os restantes cinco hospitais, previstos em regime de parceria público-privada, são quase todos uma necessidade bem visível.

A Sr.^a **Regina Ramos Bastos** (PSD): — «Quase»?!

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Qual é que não é?!

A **Oradora**: — Para nós, o hospital central do Algarve é uma certeza.

Applausos do PS.

E posso adiantar que prevemos o início da sua construção ainda durante a actual Legislatura.

Applausos do PS.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Mas com terrenos!

A **Oradora**: — Nada do que estou a dizer contradiz o que anteriormente se disse,...

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Não!...

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Contradiz o Sr. Ministro!

A **Oradora**: — ... porque, conforme já referi nesta Câmara, antes de nos lançarmos nos projectos, gostamos de analisar a fundamentação técnica e a orçamentação desses processos.

Applausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Para um pedido de esclarecimento adicional, tem a palavra o Sr. Deputado Mendes Bota.

O Sr. **Mendes Bota** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^a Secretária de Estado, mais uma vez, ficou evidente que não colhe o argumento de que não se encontrou no Ministério da Saúde nenhum estudo de sustentação das prioridades de construção do hospital central do Algarve, nem em qualquer outro lado. Nada!

Pelos vistos, parece que os anteriores governantes ter-se-ão comportado como uns autênticos malandros: esvaziaram as prateleiras dos ministérios, das secretarias de Estado, das direcções-gerais, levaram tudo – estudos, processos de adjudicação, cadernos de encargos, caixotes, *dossiers*... –, provavelmente pela calada da última noite do «defunto» governo. Um verdadeiro caso de polícia!

Todavia, não deixa de ser interessante questionar em que estudos técnicos o agora Ministro da Saúde se terá baseado para, a 21 de Janeiro deste ano – e foi apenas há três meses atrás, não há três anos –, ter afirmado, de forma tão peremptória, que o hospital central do Algarve era indiscutível e prioritário.

Mais: como pode afirmar-se que não havia documentos nem estudos sobre o hospital central do Algarve quando, na mesma conferência de imprensa do dia 21 de Janeiro passado, os jornais citam o porta-voz para a saúde do Partido Socialista do Algarve, hoje recém empossado Presidente da ARS do Algarve, como tendo dito textualmente que, no documento sobre o hospital central, a questão da calendarização estava vazia, não existia, afirmando ter tido acesso ao documento. Afinal, sempre havia documento, o problema era a calendarização!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado José Apolinário.

O Sr. **José Apolinário** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^a Secretária de Estado, o que é bom para o Algarve é bom para o País, sobretudo nesta área tão importante.

Todos sabemos que o Hospital de Faro enfrenta uma situação de saturação, de ruptura, que está com problemas funcionais. Portanto, o objectivo do hospital central une, de facto, toda a região, numa perspectiva de prestar melhores cuidados de saúde em termos de infra-estruturas. Aliás, devo dizer que a maior surpresa deste debate é parecer que, da parte do PSD, não se pretende que haja hospital!

Aplausos do PS.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — É isso mesmo!

O **Orador**: — Importa sublinhar o seguinte: durante a campanha eleitoral, autarcas eleitos pelo PSD apelaram às populações para ficarem em guarda e se prepararem para a mobilização, acusando o Partido Socialista de ficar nas «covas».

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Exactamente!

O **Orador**: — Foram estes os discursos oficiais de autarcas do PSD! Pretenderam fazer chicana política, confundindo as funções de autarcas com as de dirigentes nacionais do próprio PSD.

Sr.^a Secretária de Estado, apenas queria colocar-lhe duas perguntas: a primeira é se, em termos de financiamento, é ou não possível equacionar um quadro também com o financiamento comunitário, independentemente da solução que o Governo venha a adoptar sobre esta matéria. A segunda é se vai haver um envolvimento das autarquias, nomeadamente da Associação de Municípios Loulé/Faro, para a concretização deste projecto.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra a Sr.^a Deputada Ana Drago.

A Sr.^a **Ana Drago** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^a Secretária de Estado, V. Ex.^a há-de convir que, apesar de reafirmar aqui um compromisso não calendarizado, a concretizar algures nesta Legislatura, o anúncio por parte do Ministério da Saúde de que vão ser suspensos cinco dos hospitais que estavam previstos nas parcerias público-privadas, nomeadamente no que toca ao hospital central do Algarve, veio ensombrar a tentativa do Sr. Primeiro-Ministro de, pelo menos, sobreviver até ao Verão com a vaga impressão de que iria cumprir as suas promessas eleitorais.

Fica agora claro que não se pode enganar muita gente durante muito tempo.

O Sr. **José Apolinário** (PS): — Não ouviu as declarações do Primeiro-Ministro?

A **Oradora**: — Deixe-me dizer-lhe que os hospitais que foram suspensos envolvem duas questões.

Por um lado, é verdade, e o Ministério da Saúde reconhece-o, que é necessário reconfigurar ou construir novos hospitais em diversas localidades, porque é visível que, em muitos desses locais, os existentes já

não permitem prestar os necessários cuidados de saúde. Mas também é verdade que não podemos resolver a situação da saúde em Portugal apostando apenas na construção civil e esse tem de ser um dos aspectos fundamentais da política de saúde nos próximos tempos.

O Sr. **José Soeiro** (PCP): — Muito bem!

A **Oradora**: — Por outro lado, é fundamental perceber que o modelo que tinha sido escolhido pelo anterior governo é claramente prejudicial para os interesses do Estado: as parcerias público-privadas são um negócio ruinoso para o Estado e seguem uma forma quase inédita no espaço europeu. Nem a Inglaterra, com as PFI (*Private Finance Initiative*), foi tão longe na concessão de gestão e construção privada.

Portanto — e vou utilizar a própria expressão do Sr. Ministro da Saúde —, a lógica do lucro não é positiva.

O que pergunto à Sr.^a Secretária de Estado, de uma forma muito breve, é o seguinte: face à situação calamitosa dos cuidados de saúde no Algarve, face à carência de recursos humanos de numerosas especialidades, no Barlavento, em Faro e em Portimão, com urgências a serem asseguradas por médicos que são disponibilizados por uma empresa que fornece trabalho temporário de médicos apenas para urgências, o que é que o Ministério da Saúde tenciona fazer durante os próximos tempos para resolver a situação da prestação de cuidados de saúde no Algarve?

O Sr. **João Teixeira Lopes** (BE): — Muito bem!

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado José Soeiro.

O Sr. **José Soeiro** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^a Secretária de Estado, há um mês, dirigi ao Governo um requerimento sobre o Hospital de Faro. Não recebi resposta, mas obtive hoje parte dela, através da Sr.^a Secretária de Estado.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Está a ser estudado!

O **Orador**: — Só não disse qual era o modelo de gestão que se previa para estas unidades, se e quando viermos a tê-las.

A Sr.^a Secretária de Estado garantiu que o novo hospital de Faro é uma certeza, e acrescentou que, durante a legislatura, será iniciada a sua construção. Nós surpreendemos sempre com os discursos deste Governo porque, na verdade, tudo será clarificado a partir de Outubro.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Ora bem!

O **Orador**: — Eu explico: até Outubro, que é o mês das eleições autárquicas, tudo vai avançar,...

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Ah!

O **Orador**: — ... tudo será prioridade!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Exactamente!

O **Orador**: — Ainda ontem li as seguintes declarações do Sr. Dr. Rui Lourenço, Presidente da ARS do Algarve: o hospital central do Algarve vai ser construído, está entre as prioridades do Governo.

Na minha terra, prioridade é o que se vai começar de imediato,...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — ... mas para o Sr. Presidente da ARS do Algarve, prioridade é — e passo a citar — «escorrer uma entidade para avaliar as prioridades da construção dos hospitais».

Risos do PSD e do CDS-PP.

Portanto, têm seis meses para apresentar conclusões.

Ora, gostava que a Sr.^a Secretária de Estado me explicasse um pouco melhor o que é isto das prioridades.

Applausos do PCP.

Risos do PSD e do CDS-PP.

Vozes do BE: — Muito bem!

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^a Secretária de Estado, sabendo que o Governo reviu as prioridades quanto à construção de novos hospitais (e uma vez que, relativamente a um dos que reviu a sua posição, voltou a revê-la), obviamente que temos o direito de, perante esta perplexidade, sermos esclarecidos em relação a outros hospitais.

Já sabemos que, no que respeita ao Algarve – como disse o Sr. Deputado José Apolinário –, o que é bom para o Algarve é bom para o País. Pergunto então se, no entender da Sr.^a Secretária de Estado, o que é bom para Vila do Conde ou para Póvoa do Varzim é ou não bom para o País. É que estas populações também precisam de um novo hospital.

Existem dois hospitais, um em Vila do Conde, outro na Póvoa, que não têm condições para prestar os cuidados de saúde básicos às suas populações e, ouvindo este tipo de declarações, de que o que é bom para o Algarve é bom para o País, é natural que as populações se questionem sobre o grau de preocupação deste Governo com a generalidade do País, nomeadamente quando em Vila do Conde, durante a campanha eleitoral, foram distribuídos pelo Partido Socialista local panfletos em que o autarca, Presidente da Câmara Municipal de Vila do Conde, apelava ao voto no Partido Socialista, entre outras razões, porque o PS iria construir os hospitais de Vila do Conde e da Póvoa do Varzim.

O Sr. **João Teixeira Lopes** (BE): — É verdade!

O **Orador**: — O que peço à Sr.^a Secretária de Estado é que nos diga, se puder, qual é a posição do Governo em relação a esta matéria. Isto é, pergunto se está em condições de nos dizer que o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Vila do Conde mentiu e, portanto, não vai haver hospital. É que de duas, uma: ou foi o Partido Socialista que mentiu, o que é uma informação interessante para as próximas eleições autárquicas, ou foi o Sr. Ministro da Saúde que mentiu e, portanto, vai ser construído um novo hospital.

Compreendo que a Sr.^a Secretária de Estado não consiga esclarecer qual é a posição do Governo, porque isso é capaz de ser difícil de dizer neste momento. Não conseguindo fazê-lo, pelo menos dê-nos a sua opinião, porque sempre a ficávamos a conhecer. Depois, procuraremos indagar junto do Sr. Ministro da Saúde e do Sr. Primeiro-Ministro, para fazermos um balanço final.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Para responder aos pedidos de esclarecimento formulados, tem a palavra a Sr.^a Secretária de Estado Adjunta e da Saúde.

A Sr.^a **Secretária de Estado Adjunta e da Saúde**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Mendes Bota, V. Ex.^a disse que na Administração Regional de Saúde do Algarve e no Ministério da Saúde existiam alguns estudos sobre a concretização ou a realização do projecto do hospital central do Algarve. Creio saber a que se refere.

Vozes do PSD: — Não sabe!

A **Oradora**: — Refere-se, provavelmente, ao chamado plano director regional dos equipamentos da região do Algarve.

Acontece, Sr. Deputado, que as decisões políticas sobre a rede hospitalar do nosso país não podem resultar de um mero somatório das intenções dos cinco planos directores regionais. Sabe porquê? Porque apenas temos um orçamento. Se o somatório desses planos directores for a construção de 30 hospitais e se no orçamento que nos é atribuído apenas pudermos realizar 20, alguém tem de decidir!

Dai que não concorde do Sr. Deputado Mendes Bota: é provável que haja um documento, chamado plano director regional dos equipamentos do Algarve; simplesmente quem decide, fá-lo a nível nacional, tendo em conta a modernização de uma rede nacional de hospitais.

Daqui salto para a questão do Sr. Deputado José Soeiro: «O que é isto das prioridades?» Se quem governa e quem gera não sabe o que são prioridades, ou o que é a definição das prioridades, fico preocupada!

Vozes do PCP e do CDS-PP: — Nós também!

A Oradora: — As prioridades são isso mesmo, quando nos movimentamos e temos de decidir num contexto de escassez de recursos financeiros.

Sr. Deputado José Apolinário, em relação à hipótese de o financiamento do hospital central do Algarve também envolver apoios comunitários, julgo que essa é uma hipótese que deve ser trabalhada,...

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Vão estudar!

A Oradora: — ... é uma hipótese possível no próximo período de programação, no âmbito de novas linhas que aparecerão no futuro quadro comunitário de apoio.

Com certeza, haverá envolvimento das autarquias locais, uma vez que elas têm sido chamadas a participar quer na preparação do que desejarmos que todas as regiões de saúde tivessem – e não têm porque os governos anteriores pararam esse trabalho dos planos directores regionais dos equipamentos de saúde – quer na negociação dos fundos estruturais para os diversos períodos de programação, nomeadamente para o próximo. Como o Sr. Deputado sabe, as autarquias são sempre chamadas a participar nesse trabalho.

Sr.^a Deputada Ana Drago, falar na suspensão de cinco hospitais não é o mesmo que dizer que não os vamos construir.

Quanto à saúde dos portugueses, a Sr.^a Deputada Ana Drago suscitou uma questão que me é cara. Julgo que é chegada a altura de começarmos a falar verdade,...

Applausos do PS.

A Sr.^a **Luísa Mesquita** (PCP): — Só agora?!

A Oradora: — ... e de dizer aos portugueses que nem todos os problemas de saúde se resolvem com hospitais e centros de saúde. No limite, podemos ter um hospital em cada quarteirão e um centro de saúde em cada bairro do País, mas se eles estiverem vazios, se lá dentro não estiverem médicos, enfermeiros e outros profissionais de saúde, garanto-lhe que a saúde dos portugueses ficará pior.

Vozes do PS: — Muito bem!

A Oradora: — Portanto, é melhor mudarmos o paradigma. Saúde não é igual a hospitais mais centros de saúde. Saúde é outra coisa. Garanto-lhe que um novo hospital e um centro de saúde não vão resolver o problema de um idoso que queira estar na sua casa, que tenha uma família que o pode apoiar, mas que precisa de cuidados de saúde domiciliários.

Em relação à hipótese das parcerias para financiamento dos hospitais,...

Protestos do PSD e do PCP.

Srs. Deputados, quando decidimos, fazemo-lo com fundamentação técnica e, além disso, fazemos contas aos encargos próximos e aos encargos para as gerações futuras!

Em relação à carência de recursos humanos, como a Sr.^a Deputada sabe, porque esteve presente nos trabalhos da primeira reunião da Comissão Parlamentar da Saúde, essa é uma das nossas preocupações, e que terá de ser cruzada com o planeamento das infra-estruturas. Volto a repetir: de nada vale ter um novo hospital se esse hospital não puder abrir por falta de profissionais para trabalharem nessa unidade. Como sabem, essa situação já se verificou em alguns hospitais.

A propósito do pedido de esclarecimentos adicionais do Sr. Deputado João de Almeida e no que diz respeito à definição de prioridades, temos consciência que não temos recursos financeiros para construir todos os hospitais que alguns desejariam. Sabemos que temos de tomar decisões difíceis, mas vamos tomá-las.

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Em Outubro!

A Oradora: — Contudo, estranhamos que naquele lote de 10 unidades hospitalares anunciado pelo anterior governo não estivesse, por exemplo, um grande hospital em Lisboa e um hospital na margem sul, frente a Lisboa. Nós já tínhamos alguns estudos que apontavam para essa necessidade. Não sei se os Srs. Deputados sabem mas do adiamento dessa decisão acerca de um grande hospital em Lisboa resultam encargos que se traduzem em desperdício de recursos.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

A Oradora: — Estamos, anualmente, a investir em unidades hospitalares que, provavelmente, deviam ser encerradas. O Hospital de São José, o Hospital dos Capuchos, o Hospital do Desterro, o Hospital D.

Estefânia, o Hospital de Santa Marta, anualmente, absorvem recursos que dariam para construir um belíssimo hospital central em Lisboa. Onde estão os estudos, a nível nacional, sobre a oferta hospitalar?

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Muito obrigada, Sr.^a Secretária de Estado.

Vamos passar à sétima pergunta, dirigida ao Ministério da Educação, sobre que medidas pretende o Governo implementar para promover o sucesso na aprendizagem da matemática.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Odete João, dispondo de três minutos para o efeito.

A Sr.^a **Odete João** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, Srs. Deputados: O estudo internacional *Project for International Student Assessment* (PISA), realizado em 2003 pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) analisou a capacidade dos jovens de 15 anos de usarem os conhecimentos que têm para enfrentarem os desafios da vida real.

O presente estudo incidiu sobre a literacia em matemática e avaliou também as capacidades dos alunos em domínios como a leitura, as ciências e a resolução de problemas.

Em todos os domínios avaliados, o desempenho dos alunos portugueses ficou significativamente abaixo do valor médio dos países que participaram no estudo. Fomos remetidos para um 25.º lugar de entre 29 nações. Pior classificados ficaram apenas a Itália, a Grécia, a Turquia e o México.

É conhecido o longo historial do défice de competências adquiridas na escola portuguesa, em particular na matemática. Registou alguns resultados: as provas de aferição do 4.º ano de escolaridade dão-nos conta de que apenas metade dos alunos respondem com eficiência na área do número e do cálculo, e este número é ainda mais reduzido no 6.º e no 9.º ano de escolaridade.

Um em cada três alunos termina a escolaridade básica com reprovação a matemática e 27% dos alunos reprovam no exame de matemática do 12.º ano.

Das conclusões do relatório PISA destacamos que na literacia matemática um terço dos alunos têm níveis de proficiência inferior a um, numa escala de um a seis.

Os alunos repetentes são os que apresentam piores resultados. A repetência é referida como geradora de insucesso escolar e os resultados obtidos pelos estudantes dependem de condições específicas de gestão e organização do ensino. Os países com melhores resultados têm níveis muitíssimo superiores de acompanhamento de aulas e de professores.

Os alunos que revelam um alto nível de literacia matemática provêm de famílias em que os bens culturais, os recursos educacionais, os níveis de educação e o *status* profissional são os mais elevados.

Reconhecemos a importância da matemática na educação e na sociedade actual e estamos, portanto, perante um problema estrutural que atravessa os vários níveis de ensino.

Neste sentido, quais as medidas que o Ministério da Educação pretende tomar para melhorar o desempenho dos alunos a matemática?

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado da Educação, dispondo de três minutos para o efeito.

O Sr. **Secretário de Estado da Educação** (Valter Lemos): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Odete João, como disse, os resultados do PISA mostram que o desempenho em matemática dos alunos portugueses é consistentemente baixo ao longo do tempo, não é ocasional, e está relacionado com a repetência e com a falta de acompanhamento dos alunos e dos professores nas escolas.

Por isso, o Governo decidiu tomar um conjunto de medidas relacionadas com este aspecto, no sentido de, por um lado, tentar combater o insucesso e a repetência dos estudantes e, por outro, e concomitantemente com esta situação, melhorar as condições de aprendizagem e o acompanhamento dos alunos e dos professores. Aliás, gostaria de dizer que, no estudo do PISA, a variável em que Portugal aparece em pior situação, comparando com todos os países das OCDE, é a variável «acompanhamento», onde apresentamos o resultado mais baixo de todos os países (a média da OCDE é de 61% e a média portuguesa é de 5%).

Por isso, em relação a alguns aspectos organizacionais, o Governo já decidiu tomar medidas que têm em vista a ocupação plena dos tempos escolares, matéria que já tive oportunidade de explicar aqui, na Assembleia, numa outra interpelação ao Governo e que também se relaciona com esta questão do combate ao insucesso e à repetência.

Outra medida tomada tem a ver com o prolongamento do horário das escolas do primeiro ciclo. Esta medida tem em vista aproveitar o tempo, não só respondendo às famílias acerca dessa matéria mas aproveitando a estruturação do dia escolar de uma forma bem mais eficiente do que aquela que existe, permitindo espaço para as actividades de apoio aos alunos com dificuldades e também a realização de um conjunto de actividades extracurriculares que, podendo não se dirigir rigorosamente àquilo que podemos chamar o

centro do *curriculum*, são, como sabemos, muito importantes para o desempenho médio dos alunos, em Portugal e nos outros países.

Por outro lado, é também necessário actuar de forma estrutural relativamente às questões da formação de professores. O Governo irá produzir algumas alterações às habilitações para a docência da matemática no 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, fazendo um reajustamento do quadro de habilitações, de forma a tornar este quadro mais ajustado às necessidades da docência da disciplina de matemática.

Vamos também trabalhar numa perspectiva de alteração das condições de acesso aos cursos de formação de professores do 1.º ciclo. Uma grande parte dos estudantes que acedem hoje aos cursos de formação de professores de 1.º ciclo têm percursos escolares com a ausência ou com reprovação a matemática e o Ministério da Educação está a trabalhar com o Ministério da Ciência e do Ensino Superior e com as instituições de ensino superior no sentido de conjugar condições de acesso que permitam ultrapassar esta situação.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Terminou o seu tempo, Sr. Secretário de Estado.

O **Orador**: — Temos também como objectivo um processo de formação contínua e o acompanhamento pelas instituições de ensino superior, designadamente um processo que não leva os professores às escolas de formação mas leva as instituições de formação às escolas do 1.º ciclo, garantindo que o acompanhamento é feito em serviço, no local, tentando ultrapassar as dificuldades efectivas que os professores têm no trabalho com os seus alunos, na estruturação do seu dia escolar e, obviamente, a compensação das suas dificuldades ao nível da formação.

Applausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Para formular um pedido de esclarecimento adicional, tem a palavra a Sr.ª Deputada Odete João.

A Sr.ª **Odete João** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, uma das razões que conduziram este estudo e uma das conclusões apresentadas prende-se com o baixo nível de expectativas que os professores têm dos seus alunos, bem como a resistência à mudança, resultado de termos tido, ao longo dos anos, imensas mudanças, o que levou a que se criasse uma resistência enorme, pois essas mudanças não protagonizaram o elemento essencial no sistema educativo, ou seja, os seus recursos humanos, através dos seus professores em particular.

O insucesso escolar, as repetências e o abandono aumentaram rapidamente. Penso que, neste momento, são necessárias soluções pontuais mas cujo efeito se propague por todos os níveis de ensino.

As escolas superiores de educação, com uma vocação para a formação inicial no 2.º e no 1.º ciclos, têm também formação, ao nível dos estágios, no 3.º ciclo e no secundário. Pergunto: ao nível do 3.º ciclo e secundário, ficam as escolas superiores de educação com o acompanhamento da formação contínua dos professores ou poderão intervir outras instituições, como associações, centros de formação, instituições de ensino superior, ou seja, universidades?

Applausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Antunes.

O Sr. **Fernando Antunes** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado: É evidente que concordamos que melhorar o ensino da matemática é um objectivo fundamental para o aproveitamento escolar e para a qualificação global dos nossos alunos. Concordamos igualmente que começar pela base, ou seja, pelo 1.º ciclo, é igualmente fundamental, pois é aí que os alunos adquirem bases de sustentação para toda uma caminhada de aquisição de conhecimentos e de formação intelectual para a vida.

Todavia, Sr. Secretário de Estado, será que a terapêutica anunciada à pressa, sem levantamento da realidade do parque escolar, sem planeamento, sem uma estratégia concertada com as autarquias, associações de pais e escolas, é a melhor maneira de iniciar com êxito esta reclamada necessidade de melhorar a aprendizagem da matemática?

Sr. Secretário de Estado, porque assim é, onde está a justiça desta medida que deixa a grande maioria dos alunos de fora? É que avançar com a medida em 50% das escolas não significa, de modo nenhum, ter 50% dos alunos do 1.º ciclo abrangidos por ela, pois sabe-se o imenso número de escolas que existem no País rural com um número limitado de alunos.

Por outro lado, os efeitos práticos das medidas preconizadas para o acesso à docência, com a obrigatoriedade de ter um percurso positivo na matemática no ensino secundário, levará sete a nove anos a trazer para o mercado professores que respondam a este desafio. Até lá, quais as medidas objectivas de formação contínua em matemática para os actuais professores do 1.º ciclo?

Por tudo isto, não estará o Governo a começar «pelo telhado» uma medida que é em si positiva e que fica limitada logo à partida?

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Teixeira Lopes.

O Sr. **João Teixeira Lopes** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado: A questão da matemática e da literacia matemática é definida pelo Gabinete de Avaliação Educacional como a capacidade de um indivíduo identificar e compreender o papel que a matemática desempenha no mundo, fazer julgamentos bem fundamentados e usar e envolver-se na resolução matemática nas necessidades da sua vida, isto é, uma ligação fortíssima ao quotidiano, àquilo que o envolve, àquilo que são, inclusivamente, as suas necessidades na comunidade e na vida quotidiana.

A questão que gostava de lhe colocar prende-se com o facto de, provavelmente, o Governo só estar a ver «a árvore e não a ver a floresta». Isto é, para termos um ensino da matemática que não seja meramente uma selecção crua e um motor de insucesso escolar, como tem acontecido, é fundamental modificar o ensino e a aprendizagem e também toda a relação pedagógica, ou seja, é fundamental que exista ensino laboratorial de matemática, que exista ligação do ensino da matemática às novas tecnologias.

Para isso é preciso saber se as escolas do 1.º ciclo estão ou não devidamente apetrechadas com essas novas tecnologias, porque isso é que vai, na verdade, ajudar a resolver os problemas concretos com que os alunos lidam no dia a dia.

É necessário também encontrar formas alternativas de avaliação que não passem meramente pelos testes e exames, apesar de esse ser hoje, claramente, o grande combate da nova direita, como se comprova pela leitura do jornal *Público* e do que nele escrevem os seus ilustres colunistas, a começar pelo seu director.

É fundamental, por outro lado, que os currículos de matemática sejam diversificados, o que não acontece neste momento quanto ao nível de ensino ou quanto às áreas do ensino secundário, em que há o mesmo currículo para cursos tecnológicos, cursos de ciências sociais, etc. Ora, isto representa uma uniformização que é, na verdade, uma violência.

A Sr.^a **Ana Drago** (BE): — Muito bem!

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra a Sr.^a Deputada Luísa Mesquita.

A Sr.^a **Luísa Mesquita** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Secretário de Estado, gostaria de começar por afirmar, discordando do que há pouco V. Ex.^a disse, que os níveis de abandono e de insucesso educativos resultam, em primeiro lugar, das erradas políticas educativas que o PS e o PSD, ao longo de vários anos, têm vindo a tomar. É, portanto, perfeitamente falso dizer que estes níveis resultam, em primeiro lugar, das práticas educativas e da falta de empenho e de trabalho dos alunos. Isto é perfeitamente falso!

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

A **Oradora**: — A leitura de que o insucesso se pauta, hoje, fundamentalmente em duas áreas disciplinares, a matemática e o português, é outra falsa e preocupante avaliação que vai ter implicações muito negativas, Sr. Secretário de Estado. Afirmo-o porque penso que isto vai implicar intervenções avulsas e casuísticas relativamente a estas duas disciplinas, quando, em primeiro lugar, não é esse o cerne da questão, e, em segundo, não se resolverá assim a questão do insucesso e do abandono escolares no nosso país.

Hoje há já especialistas que consideram que esta afirmação de que a questão passa apenas pela matemática e pelo português é uma saída fácil para o problema. Porquê? Porque é muito mais fácil concluir — se o aluno não sabe que dois e dois são quatro e se não sabe falar — que o problema reside na matemática e no português. O insucesso é muito mais lato do que isto, Sr. Secretário de Estado, e isto é quase nada.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

A **Oradora**: — As questões não são, portanto, as da matemática e do português mas, sim, outras, muito mais profundas. Como tal, o que lhe pergunto é se o seu Governo está disponível para alterar as medidas erradas que o Partido Socialista tem vindo a pôr em prática ao longo dos anos em termos de política educa-

tiva, alterando, por exemplo, a formação dos professores e adaptando-a às necessidades da sua prestação de serviço. Está ou não o seu Governo disponível para garantir que os alunos terão direito à estabilidade nas aprendizagens? Está ou não disponível para garantir que os alunos terão direito a dispor de um corpo docente estável, que permita, por seu turno, uma aprendizagem estável? Está ou não disponível para garantir que docentes e alunos não vão ser obrigados a servir de cobaias, como tem acontecido, de permanentes e mal feitas reformas e revisões curriculares, antes usufruindo de uma estável formação ao longo do ensino básico e secundário? Estas é que são as questões que importa resolver e nunca através de medidas avulsas sobre a matemática e o português.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado da Educação.

O Sr. **Secretário de Estado da Educação**: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Odete João, em relação à questão por si colocada, e muito bem, das expectativas dos professores, pensamos ser claro que é preciso agir. Não temos sobre isso qualquer dúvida. Saliento, aliás, que o estudo realizado no âmbito do PISA mostra que os professores portugueses são aqueles que, entre os docentes dos 49 países considerados nesta análise, têm mais baixas expectativas sobre os resultados dos seus alunos. Como tal, o trabalho terá também de ser feito a esse nível.

Gostaria de dizer, contudo, que não nos limitámos a chamar as escolas superiores de educação para participar no trabalho de intervenção nas escolas do ensino básico, tendo contactado também as universidades que fazem formação de professores. Estão, portanto, envolvidas neste trabalho todas as instituições que fazem este tipo de formação, tanto no que respeita ao 1.º ciclo como no que se refere às mudanças a introduzir no âmbito do 2.º e do 3.º ciclos e ainda do acompanhamento da formação contínua.

Nas questões que colocou, o Sr. Deputado Fernando Antunes apenas se referiu a uma das medidas, a relativa ao horário das escolas do 1.º ciclo, esquecendo o conjunto mais lato de medidas que existe. De facto, o Sr. Deputado disse que a medida apenas atingiria 50% das escolas no próximo ano e essa foi a única medida anunciada pelo Governo que corresponde a essas características. Esclareço, contudo, que no próximo ano essa medida apenas se aplicará a 50% das escolas porque o trabalho de reorganização da rede escolar não está feito, Sr. Deputado. Esse trabalho já devia estar feito e, se assim fosse, provavelmente seria possível abranger todas as escolas e não apenas 50%!

A Sr.^a **Cristina Granada** (PS): — Exactamente! Foram três anos de vazio!

O **Orador**: — Assim, temos simultaneamente de fazer o trabalho de reorganização da rede enquanto aplicamos essa medida. Não introduzimos, todavia, qualquer tipo de discriminação, Sr. Deputado. Pelo contrário, quando alargamos a possibilidade de acesso, estamos a diminuir a discriminação que já existe neste momento.

Aplausos do PS.

É, portanto, neste sentido que estamos a tentar agir.

Penso ainda dizer que, ao contrário do que foi afirmado, o Governo está a trabalhar com as autarquias. Já tivemos várias reuniões com a Associação Nacional de Municípios Portugueses e estamos a trabalhar em conjunto com as autarquias no que respeita às medidas relativas ao alargamento do horário das escolas do 1.º ciclo, às medidas relativas à reorganização da rede escolar e ainda às medidas que passam pela introdução de actividades extracurriculares nas escolas do 1.º ciclo. Neste último domínio, damos, aliás, especial atenção às escolas que estão mais abandonadas, colocadas em zonas onde os pais não dispõem de meios económicos para conseguir que os filhos tenham, fora da escola, as actividades extracurriculares que outras crianças, noutras zonas do País e com outras condições, têm.

Relativamente à questão colocada pelo Sr. Deputado João Teixeira Lopes, penso que tenho de referir que estamos preocupados em ver a «floresta» e não apenas a «árvore». Aliás, aproveitando para responder em parte à Sr.^a Deputada Lúsa Mesquita, chamo a vossa atenção para o facto de que o conjunto das medidas em causa não se dirige exclusivamente à matemática, como facilmente se percebe.

Falei — e repito-o — em ocupação plena dos tempos escolares, uma medida que tem tanto a ver com a matemática como com todo o demais currículo, falei em questões relacionadas com o prolongamento do horário das escolas do 1.º ciclo, introduzindo diversas outras áreas extracurriculares, questão que vai muito para além do problema da matemática, embora também inclua os problemas do apoio educativo aos alunos com dificuldades (que são especialmente relevantes na área da matemática, como os estudos nos mostram), e disse que o projecto de intervenção com as escolas superiores de educação e as universidades está relacionado com a possibilidade de acompanhamento das escolas e dos professores, no terreno, por estas instituições, mas não exclusivamente na área da matemática.

A matemática é a área onde o problema do insucesso é mais relevante — e, por isso mesmo, temos de lhe dar atenção especial —, mas não é exclusivamente a matemática a nossa preocupação. São-no, sim, todas as áreas de intervenção. Em suma, não há qualquer proposta do Governo que, no caso do 1.º ciclo e do ensino básico, não seja uma proposta global de intervenção.

Gostaria ainda de lembrar o Sr. Deputado Fernando Antunes que, no que respeita às questões da matemática, o então primeiro-ministro Durão Barroso empossou uma famosa comissão de emergência para o ensino da matemática, da qual não obtivemos um linha de resultado de trabalho. Lembro que esta comissão foi empossada directamente pelo então primeiro-ministro. Para além disso, recordo-lhe que o anterior governo já dispunha dos resultados do PISA e dos resultados das provas de aferição e que, pura e simplesmente, os escondeu e não os mostrou! Não é essa a atitude que adoptamos nesta matéria!

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Temos os resultados, vamos mostrá-los e tomar as medidas adequadas no sentido de tentar que esses resultados se alterem no futuro, resolvendo-se, assim, o problema. Obviamente, não temos ilusões e sabemos que os problemas relacionados com os resultados dos alunos não se resolvem num só ano nem com uma só medida. Sabemos, pelo contrário, que estes problemas apenas se resolverão ao longo de vários anos. Algumas destas medidas terão efeitos imediatos — nomeadamente as relacionadas com os aspectos da organização das escolas e do tempo escolar —, se bem que as medidas relacionadas com a formação dos professores, por exemplo, por serem medidas estruturantes, apenas terão efeitos a mais longo prazo. É por isso que estas medidas estão a ser tomadas em conjunto e é por isso que não optamos apenas por parte delas.

Gostaria ainda de referir que há algumas medidas complementares de que não pude falar inicialmente mas que se relacionam com algumas das preocupações expressas pelos Srs. Deputados. Posso dizer, por exemplo, que a formação contínua de professores está a ser redirecionada. Havia uma definição de 35 áreas prioritárias na formação contínua, o que vale por dizer que não havia prioridade alguma nesta matéria. Como tal, tivemos de fazer uma redefinição de importâncias, que, no próximo ano, vão passar pelo que está relacionado com o ensino da matemática, do português, da iniciação ao inglês, das ciências experimentais, com as necessidades educativas especiais e com o apoio educativo aos alunos.

Sobre as reformas e as revisões curriculares permanentes mencionadas pela Sr.^a Deputada Luísa Mesquita, gostaria de dizer que ainda ninguém ouviu da parte desta equipa ministerial nem da parte deste Governo qualquer proposta de novas revisões ou reformas curriculares. Concordamos com a apreciação que foi feita e estamos, precisamente, a trabalhar no sentido de corrigir os problemas que existem nos actuais currículos e no seu actual desenvolvimento e não com a preocupação de criar mais uma reforma ou revisão curricular no contexto do sistema.

A Sr.^a **Cristina Granada** (PS): — Exactamente!

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Ainda agora começaram!

O Orador: — Por último, gostaria de referir o problema da estabilidade, não deixando de me regozijar com facto de a Sr.^a Deputada o ter mencionado.

A Sr.^a **Luísa Mesquita** (PCP): — Há muitos anos que o faço, Sr. Secretário de Estado!

O Orador: — Esta questão é absolutamente central no sistema. Aliás, a administração educacional tem mostrado que existe uma correlação consistente entre a estabilidade e os resultados escolares. No entanto, temos tido, em Portugal, uma situação que tem aumentado ao máximo a instabilidade do sistema. O Governo terá oportunidade de, na devida altura, apresentar a esta Câmara algumas medidas relacionadas com a criação de mecanismos de estabilidade, como, de resto, o Sr. Primeiro-Ministro já teve ocasião de referir há poucos dias, aquando da apresentação dos resultados do PISA. Espero que nessa altura possamos ter a colaboração da Sr.^a Deputada Luísa Mesquita e da sua bancada no que respeita às medidas a tomar quanto a este domínio.

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Luísa Mesquita** (PCP): — Para assegurar a estabilidade terão sempre o meu apoio, mas era bom que tivessem começado por aí!

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Srs. Deputados, passaremos, agora, à oitava pergunta, acerca da articulação das alterações ao regime lectivo do 1.º ciclo e ao modelo de colocação de professores, que será colocada pelo Sr. Deputado João Teixeira Lopes.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **João Teixeira Lopes** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, a questão que lhe coloco é, precisamente, relativa à estabilidade do corpo docente nas escolas.

O Sr. Primeiro-Ministro promete emprego estável para 30 000 professores já para o próximo ano lectivo, de 2006/2007. Cito uma declaração que vem reproduzida num jornal, dizendo o seguinte: «A estabilidade do corpo docente deste nível de ensino (do 1.º ciclo) implica acabar com a instabilidade do vínculo laboral de cerca de 33 000 docentes.» No mesmo artigo, a Ministra da Educação, todavia, afirmou não estar em condições de explicitar como é que esta medida será implementada.

Como tal, Sr. Secretário de Estado, gostava de saber como é que este Governo, que tomou posse há tão pouco tempo, entra já em algo que era característico do governo anterior, este jogo de anunciar medidas que não são previamente pensadas ou planeadas. Aliás, a própria questão do desdobramento dos tempos lectivos das escolas já teve várias versões e interpretações. Evidentemente, somos a favor de que as escolas possam ter os seus alunos ocupados por mais tempo não só com actividades curriculares mas também com actividades extracurriculares. De todo o modo, a Sr.ª Ministra disse inicialmente que metade das escolas não tinham condições para tal, dizendo, mais tarde, que, afinal, só 25% das escolas é que não tinham essas condições. Ora, tal revela uma deficiente inventariação dos recursos existentes.

Mas voltemos à questão da colocação dos professores. Até agora, nada sabemos sobre o que este Governo pensa das auditorias feitas pelo governo anterior naquele turbulento e catastrófico processo de colocação de professores. O que se passa em relação ao que foi dito sobre a empresa Conta? Que empresa de informática está neste momento a trabalhar com o Governo? É a mesma que fez os últimos concursos? Aquela que, supostamente, resolveu o imbróglio do anterior governo? Que regras vão ser alteradas?

Para haver estabilidade do corpo docente, tem de haver estabilidade dos quadros de escola. O que é que este Governo pensa fazer em relação aos quadros de escola? Pergunto-o porque, na verdade, não podemos ficar mais uma vez com a tal «árvore», permanecendo a «floresta» vazia e deserta, em particular quando constatamos que está já a ser seguida esta estratégia de ir anunciando medidas que, depois, acabam por não ser concretizadas porque estão a ser pensadas. Como é que se pode anunciar uma medida quando, como o Sr. Secretário de Estado agora disse, ainda não há medidas?! A verdade é que tudo está a ser pensado e estudado, mas há aqui um número: 33 000 professores vão deixar de ter vínculo precário, sendo colocados de forma estável nas escolas do 1.º ciclo. Explique-nos como, Sr. Secretário de Estado, pois eu gostava de perceber.

A Sr.ª **Ana Drago** (BE): — Muito bem!

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado da Educação.

O Sr. **Secretário de Estado da Educação**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, penso que V. Ex.ª se terá adiantado, pois essa matéria era relativa à pergunta seguinte.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Esta já é a seguinte!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Esta matemática até é simples!

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Esta é a última pergunta, Sr. Secretário de Estado.

O **Orador**: — Peço desculpa. De facto, tive alguma dificuldade em tentar perceber a pergunta, mas já estou mais esclarecido.

Sr. Deputado, em primeiro lugar, gostaria de lhe dizer que o Sr. Primeiro-Ministro não anunciou qualquer medida mas, sim, a intenção de o Governo promover essa estabilidade dos professores.

Vozes do PSD: — Ah!

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — É só uma intenção!

O **Orador**: — Aliás, só por um problema de audição ou de leitura é que pode ter sido entendida outra coisa. Todavia, o que nessa altura se disse, e que agora aqui repito, foi que traremos oportunamente a esta Câmara um conjunto de medidas relativas ao problema da estabilidade dos professores. Espero que o Sr. Deputado, nessa ocasião, esteja objectivamente disponível para promover a estabilidade dos professores nas escolas e a estabilidade do sistema.

Aplausos do PS.

Por outro lado, relativamente às escolas do 1.º ciclo, gostaria de lhe dizer que só por pura demagogia alguém poderá colocar em causa a afirmação segundo a qual não é possível avançar em mais de 50% das escolas.

Como acabei de dizer na resposta anterior, a questão do horário do 1.º ciclo tem a ver com um problema gravíssimo de organização da rede escolar, que não está resolvido, e que tem de o ser em conjunto com esta medida. Ou seja, o que acontece é que temos um problema da rede escolar, havendo milhares de escolas isoladas — temos 2 099 escolas com menos de 10 alunos no sistema! —, e temos de o resolver em simultâneo com o problema do horário.

Portanto, o que a Sr.ª Ministra da Educação me referiu, de uma forma honesta, clara e transparente, foi a inventariação das escolas onde é possível fazer o alargamento do horário, no próximo ano escolar, e das restantes escolas onde isso ainda não é possível. Estamos, pois, a trabalhar com a Associação Nacional de Municípios Portugueses para que seja possível, no ano escolar seguinte, ter esse problema resolvido.

Quanto ao concurso dos professores, gostaria de lhe dizer que o Governo não permitirá que esta matéria volte a desestabilizar por completo a aprendizagem das crianças e o funcionamento normal das escolas. Só com uma enorme irresponsabilidade é que alguém poderá querer que esta matéria possa voltar a ser o triste espectáculo que foi no último ano!

O Governo assumiu e assumirá que o actual concurso será cumprido rigorosamente — repito, rigorosamente! — nos termos em que estava previsto, com a responsabilidade objectiva quer do anterior governo quer dos sindicatos. É que o sistema que existe foi acordado entre o anterior governo e os sindicatos e tem sido acompanhado millimetricamente por estes últimos. O Governo criará, pois, as condições necessárias para que, no início do ano lectivo, os professores sejam colocados nas escolas através do actual sistema.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Sr. Secretário de Estado, terminou o seu tempo.

O **Orador**: — Terminei já, Sr. Presidente.

Nem o Sr. Deputado nem nós ignoramos que o sistema premeia a mobilidade, aumenta a mobilidade. Portanto, quando o Sr. Primeiro-Ministro disse que era necessário organizar o sistema para estabilizar os professores e não para premiar a mobilidade tratou-se de uma intenção do Governo de não mexer em nada que perturbe o actual concurso, Sr. Deputado. Algumas pessoas poderiam gostar disso, mas nós não o faremos. Enquanto o actual concurso estiver a decorrer nada faremos que altere a questão da colocação dos professores.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado João Teixeira Lopes.

O Sr. **João Teixeira Lopes** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, acho muito bem que o Governo não mexa no actual concurso, pois é óbvio que isso traria uma instabilidade enorme. Mas o que o Sr. Primeiro-Ministro afirmou taxativamente foi que «a partir de 2006/2007, os alunos do 1.º ciclo vão passar a ter o mesmo professor durante os quatro anos de escolaridade».

Mas gostava de saber algo mais sobre esta matéria, porque o Sr. Secretário de Estado foi de uma ambiguidade enorme, não tendo referido uma única medida que pretenda tomar.

Como é que o Primeiro-Ministro já sabe que 33 000 professores vão ficar afectos aos quadros de escola e o Sr. Secretário de Estado não diz nada?! Isto é preocupante! Isto revela descoordenação! O Sr. Primeiro-Ministro afirma, a Sr.ª Ministra diz que vai estudar, o Sr. Secretário de Estado diz que não sabe... Ora, gostaria de ter conhecimento de medidas concretas.

Gostava de saber, por exemplo, se o Governo concorda que a definição de lugares de quadro de escola se faça exclusivamente pelo número de alunos e pelos grupos de docência ou tendo em conta o respeito pela especificidade do ciclo de ensino, bem como a especificidade das escolas e dos projectos educativos.

Gostaria também que me dissesse se é a favor de um modelo centralizado de colocação de professores ou da total desregulação e flexibilização para as autarquias ou para as escolas, como a direita tem vindo a defender.

Gostava de ouvir algo de concreto, algo de palpável. O Sr. Secretário de Estado nada diz, mas o Sr. Primeiro-Ministro anuncia, com pompa e circunstância, que no ano lectivo de 2006/2007 os alunos passarão a ter o mesmo professor nas escolas do 1.º ciclo. Diga-nos como! Como é que se anuncia uma medida sem a ter preparado?

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Também para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado José Amaral Lopes.

O Sr. **José Amaral Lopes** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, retomo as palavras do Sr. Secretário de Estado ao dizer que, de facto, não foram anunciadas nenhuma medida, apenas intenções.

Repare-se, por exemplo, no caso concreto das alterações das condições de acesso à docência da Matemática, sendo essa uma intenção que passa inevitavelmente por matérias que não são da competência nem do Ministério da Educação nem do Sr. Secretário de Estado em particular, requerendo, inquestionavelmente, a articulação com o Ministério do Ensino Superior, com as universidades e com as escolas, se quisermos respeitar a lei que se aplica a estas matérias.

Neste contexto, o Sr. Secretário de Estado diz-nos que os alunos que tenham reprovado a Matemática deixam de ter acesso às escolas superiores de educação e, por isso, à docência. Mas não diz como, nem porquê, nem que medidas concretas pretende adoptar.

Por isso, a primeira questão que coloco é a de saber que medidas concretas prevêem adoptar o Ministério da Educação e o Governo para que esta intenção, como o Sr. Secretário de Estado disse, passe a uma verdadeira medida política aplicada.

Também no domínio das alterações ao sistema educativo, o Ministério da Educação reconheceu, desde logo, que 25% das escolas estarão fora do sistema.

Mais tarde, a mesma Ministra da Educação disse que, em relação a metade das outras escolas, que têm um horário duplo, o chamado desdobramento, também não é possível passar desde já à fase de concretização das medidas ou das intenções que foram anunciadas. Não explica como, nem porquê, nem o que vai fazer.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Sr. Deputado, tem de terminar.

O **Orador**: — Terminei já, Sr. Presidente.

O esclarecimento que pretendo obter é o seguinte: sabe o Governo, em nome do princípio do possível que impera em todo o acto de governação, quais os alunos e quais os professores, como e quando, que medidas concretas vai adoptar para que as intenções anunciadas passem à prática já no próximo ano?

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Também para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra a Sr.^a Deputada Luísa Mesquita.

A Sr.^a **Luísa Mesquita** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, esta pergunta e a resposta dada pelo Sr. Secretário de Estado têm exactamente o mesmo figurino da pergunta anterior e da sua resposta. Trata-se de medidas cujo único objectivo é pautado pela publicação em jornais para se fazer algum folclore acerca desta matéria, sem ser apresentada qualquer medida concreta, uma vez que o Sr. Secretário de Estado não tem medidas concretas para aqui referir.

Gostaria de dizer que a última questão colocada pelo Bloco de Esquerda é, no mínimo, interessante porque implica que façamos uma leitura retrospectiva das medidas que levaram ao estado actual e que são da responsabilidade do Partido Socialista e do Partido Social Democrata.

As escolas funcionavam em regime único e o Partido Socialista e o Partido Social Democrata obrigaram as escolas a funcionar em regime duplo; as escolas funcionavam individualmente, com alguma capacidade de intervenção e de autonomia, e o Partido Socialista e o Partido Social Democrata criaram as chamadas empresas educativas, que são os agrupamentos, com centenas e centenas de professores, com milhares de alunos, não valorizando, antes desprestigiando, as aprendizagens.

A partir de 1999, o PS e o PSD reenviaram para as autarquias a responsabilidade do 1.º ciclo do ensino básico, sem quaisquer contrapartidas financeiras, criando problemas gravíssimos às autarquias, que conseguiram ir resolvendo minimamente as questões do ensino básico, mas sem dinheiro suficiente para financiar a aprendizagem nas escolas do 1.º ciclo.

Agora, Sr. Secretário de Estado, o PS, ignorando as responsabilidades que teve nesta matéria — participou em todas, votando, legislando e estando de acordo com estas medidas —, veio a descobrir, qual *Eureka*, o princípio de Arquimedes: «Agora façamos as escolas de regime único, agora valorizemos, agora peçamos às autarquias que financiem ainda mais aquilo que já financiam». E o poder central, para que é que serve, Sr. Secretário de Estado?! E o Ministério, para que é que serve?! Que medidas é que tem?! Nenhuma! Esta não é uma medida! Isto não é nada! Isto não existe! Isto é uma brincadeira!

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Ainda para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra a Sr.^a Deputada Rosalina Martins.

A Sr.^a **Rosalina Martins** (PS): — Sr. Presidente, sendo esta a minha primeira intervenção na presente Legislatura, permita-me que o cumprimente e, através de V. Ex.^a, todos os Srs. Deputados e todas as Sr.^{as} Deputadas.

Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, temos estado aqui a discutir questões transversais relativas ao

1.º ciclo e as duas questões a que o Sr. Secretário de Estado respondeu de certa forma acabam por ter valências complementares.

Mas se é certo que estamos todos de acordo que é preciso promover a estabilidade do corpo docente para conseguirmos melhorar a qualidade das aprendizagens das escolas, também temos constatado pelas várias intervenções que há uma contradição entre muitas das propostas que defendem.

Já foi afirmado pelo Sr. Secretário de Estado que o Governo não vai, de forma alguma, promover novas reformas que só criam convulsões no sistema; vai, sim, avaliar o que está a ser feito no terreno e, na sequência dessa avaliação, introduzir os reajustamentos necessários.

Parece-me que, após a irresponsabilidade dos concursos de professores dos últimos dois anos, que trouxeram o caos na abertura dos anos lectivos,...

Vozes do PS: — Bem lembrado!

A Oradora: — ...chegou o momento de estabilizar e credibilizar o sistema para, numa situação futura, quando tivermos atingido de novo a tal «velocidade de cruzeiro», podermos introduzir as alterações necessárias com o objectivo de avançarmos para uma grande estabilidade do corpo docente.

Sei que disponho de pouco tempo, mas gostaria ainda de referir-me a outra questão, que tem a ver com uma matéria de que se falou há pouco, que é o reordenamento da rede do 1.º ciclo.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Sr.ª Deputada, já esgotou o tempo de que dispunha.

A Oradora: — Terminei, Sr. Presidente, com uma pergunta ao Sr. Secretário de Estado complementar desta matéria.

Sr. Secretário de Estado, neste reordenamento da rede do 1.º ciclo, para que possamos ter as escolas a funcionar em regime normal, estão previstas medidas que permitam minorar alguns problemas de excesso de alunos que ainda existem nalguns locais do nosso país?

Applausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado da Educação.

O Sr. **Secretário de Estado da Educação**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado João Teixeira Lopes, percebo que a agenda política do Bloco de Esquerda possa querer colocar em polvorosa a questão da colocação dos professores, mas quero dizer-lhe que o Governo não vai nisso!

O Sr. **João Teixeira Lopes** (BE): — O Sr. Primeiro-Ministro é que o fez. Não fui eu!

O Orador: — Gostaria de lhe dizer o seguinte: enquanto estiver em curso o processo de colocação dos professores o Sr. Deputado não vai ouvir...

O Sr. **João Teixeira Lopes** (BE): — Já foi feita! Com números!

O Orador: — Sr. Deputado, se me deixar falar, explicar-lhe-ei essa questão!

Dizia eu que, enquanto estiver em curso o processo de colocação dos professores, o Sr. Deputado não vai ouvir falar de matéria ou proposta de alteração do regime, mas oportunamente ouvirá!

O Sr. Primeiro-Ministro afirmou que em 2006/2007 haverá uma alteração no mecanismo da estabilidade dos professores. Portanto, não será no próximo ano lectivo, mas sim no ano lectivo seguinte. Não sei se está a ver bem o calendário!

O Sr. **João Teixeira Lopes** (BE): — Não sabe é como!

O Orador: — E vai haver, Sr. Deputado! Oportunamente o Sr. Deputado terá ocasião de se pronunciar sobre esta matéria.

O Sr. **João Teixeira Lopes** (BE): — Não têm é nenhuma ideia!

O Orador: — Temos uma ideia, que está no Programa do Governo...

O Sr. **João Teixeira Lopes** (BE): — Então por que é que não responde?!

O Orador: — O Sr. Deputado gostaria que, no início do ano lectivo, as escolas não estivessem em con-

dições de iniciar as aulas, mas o Governo vai assegurar que o ano lectivo tenha início. E lamento que algum Deputado da República possa desejar que o início do ano lectivo não tenha lugar nas devidas condições.

Protestos do Deputado do BE João Teixeira Lopes.

Em relação à intervenção do Sr. Deputado José Amaral Lopes, gostaria de dizer que o Sr. Deputado me fez lembrar o ministro da informação do Iraque aquando da invasão daquele país. É que eu disse exactamente o que é que ia ser feito e o Sr. Deputado continua a perguntar-me o que é que vai ser feito.

Aliás, quero também dizer-lhe que algumas destas matérias foram já objecto de regulamentação nalgumas escolas. Já lá estão os despachos regulamentares, o Sr. Deputado é que provavelmente ainda não os viu!

É o caso das questões relacionadas com a ocupação plena dos tempos escolares, que já referi. Em relação à questão do horário, como lhe disse, vai ser alterado o horário das escolas do 1.º ciclo. Como lhe disse também, vão ser alteradas as habilitações para a docência nos 2.º e 3.º ciclos. E o projecto de formação contínua de professores deverá estar definido no fim do mês com as instruções de formação.

Em relação a estas medidas, posso dizer-lhe ainda que 50% dos créditos que as pessoas têm de fazer em termos de formação contínua passam a ter de ser feitos na sua área de docência, evitando a situação que acontecia no passado, em que os professores faziam formação em todas as áreas que não na sua área de docência.

O Sr. Deputado pode entender que estas medidas não têm importância, mas nós pensamos que são extremamente importantes, pois são elas que fazem a modificação das questões no terreno e no dia-a-dia.

A Sr.^a **Cristina Granada** (PS): — Exactamente!

O **Orador**: — Por outro lado, gostaria de dizer à Sr.^a Deputada Luísa Mesquita que o trabalho em ligação com as autarquias é absolutamente indispensável, porque as comunidades conhecem bem as necessidades das suas crianças.

Fico preocupado que não haja o reconhecimento de que as autarquias têm um papel muito importante e significativo a prestar no que respeita à educação das crianças nas suas áreas de trabalho. Penso que não faz muito sentido, sequer, que se ponha em causa o papel das autarquias nesta matéria.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Não há dinheiro!

O **Orador**: — Direi até que a experiência de trabalho que estamos a ter com as autarquias é uma experiência positiva, porque as autarquias têm uma preocupação efectiva com as crianças e não só com as medidas políticas e com o espectáculo da política, como é evidente.

As autarquias têm, pois, tido um papel muito relevante no trabalho relacionado com a reorganização da rede escolar, que é uma questão central, com o problema do alargamento do horário e dos recursos necessários para o alargamento do horário das escolas do 1.º ciclo e, por exemplo, com os aspectos que têm que ver com as tecnologias de informação e comunicação. A colaboração que tem existido entre o Ministério da Educação e as autarquias tem sido excelente, o que tem permitido, por exemplo, que as ligações de rede entre as escolas possam ser feitas de uma forma mais eficiente do que anteriormente.

Mas, sublinho, há uma preocupação efectiva, Srs. Deputados, com a correção objectiva dos problemas e não somente com o anúncio de medidas bombásticas acerca do problema da reformas.

Aliás, gostaria de dizer que, infelizmente, a reforma do ensino básico, que foi instituída em 2001, está sem qualquer acompanhamento. Quando chegámos ao Ministério da Educação havia «zero!» de acompanhamento da reforma do ensino básico. Foram instituídas as novas áreas curriculares não disciplinares, que estão sem qualquer acompanhamento, e a reforma do ensino secundário, que começou a ser instituída este ano, está igualmente sem qualquer acompanhamento.

Estamos, pois, a providenciar para que estas reformas sejam acompanhadas, de forma a podermos avaliar, em concreto, e não somente através de prenúncios tonitruantes, quais são os problemas que estão a acontecer, quer num caso quer no outro, nas escolas, com o sistema de monitorização permanente, de forma a podermos tomar medidas correctivas.

Algumas destas medidas provavelmente não terão a dignidade de serem discutidas nesta Câmara, mas não deixam, por isso, de ser importantes, designadamente para os professores e para os alunos que, no dia-a-dia, trabalham nas escolas. Portanto, as medidas a que me refiro estão a ser tomadas nesse contexto.

Provavelmente seria mais fácil anunciarmos que iríamos fazer uma nova reforma, dizendo «isto está tudo mal, não havia qualquer monitorização...», seria mais fácil chegarmos e mudarmos tudo outra vez — como, aliás, fez o governo anterior —, mas não o faremos!

Não o faremos por uma questão de responsabilidade objectiva e porque o problema que temos é claramente um problema de resultados escolares e de condições de aprendizagem nas escolas.

O Governo está centrado em tentar criar as condições de forma a que estas situações possam ser melhoradas, para que, efectivamente, os professores possam ter melhores condições de trabalho — daí também as questões relacionadas com a estabilidade que um Sr. Deputado referiu —, para que os alunos possam ter melhores condições de aprendizagem, para que o dia-a-dia nas escolas seja mais positivo, permitindo aos alunos aprenderem mais, o que, no fundo, penso, é aquilo que todos desejamos.

Para que isso seja possível, o Governo convoca as autarquias, as escolas, as instituições de ensino superior de formação de professores e todos os parceiros que, de alguma forma, possam participar neste esforço de melhoria das condições de trabalho nas escolas, bem como das condições de aprendizagem dos alunos.

A Sr.^a **Luísa Mesquita** (PCP): — Falta falar sobre os agrupamentos, Sr. Secretário de Estado!

O **Orador**: — Os agrupamentos são uma forma de combate ao isolamento. Portanto, iremos combater claramente o problema do isolamento, quer no contexto dos agrupamentos, quer no contexto da reorganização da rede escolar.

Mas há outro aspecto importante que gostaria de referir, Sr.^a Deputada: não há soluções uniformes, de «pronto-a-vestir», pois existem situações muito diferenciadas ao longo do País, quer nas 7500 escolas do 1.º ciclo, quer nos 900 agrupamentos existentes. E o Governo está a trabalhar objectivamente, tentando verificar cada uma delas e agindo em relação a essas situações, só que não exclusivamente com medidas de «pronto-a-vestir», que se diga que se aplicam a todo o País. Sei que essas são medidas do gosto de muitos parceiros, mas não é essa, necessariamente, a opção que o Governo vai tomar!

O Governo está a actuar no sentido de caracterizar os problemas dos agrupamentos — como todos sabemos, a situação dos agrupamentos é muito diferenciada ao longo do País —, inventariando os problemas em concreto e caracterizando o problema do isolamento das escolas do 1.º ciclo.

Gostaria de chamar a atenção para o facto de as medidas que anunciei hoje terem muito a ver com o problema do combate ao isolamento.

Aplausos do PS.

O Sr. **João Teixeira Lopes** (BE): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. **João Teixeira Lopes** (BE): — Para defesa da honra da bancada, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Em relação a que expressão proferida, Sr. Deputado?

O Sr. **João Teixeira Lopes** (BE): — Sr. Presidente, o Sr. Secretário de Estado da Educação afirmou muito claramente que eu próprio e o Bloco de Esquerda pretendíamos perturbar o início do ano lectivo e a estabilidade nas escolas.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **João Teixeira Lopes** (BE): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Gostava de lembrar ao Sr. Secretário de Estado que é de bom tom vir ao Parlamento tecnicamente preparado para responder às perguntas que lhe fazem!

Faz parte das nossas obrigações colocar questões incómodas ao Governo e faz parte do dever ético e cívico do Governo respondê-las e não insultar os Deputados da República.

Devo lembrar-lhe, Sr. Secretário de Estado, que o Sr. Primeiro-Ministro prometeu 30 000 professores estáveis a partir de 2006. Se o prometeu significa que há medidas; se há medidas, significa que o senhor tinha a obrigação de as enunciar e não de recorrer à falta de discurso, proferindo afirmações que, para além de não serem simpáticas, revelam, isso sim, como o seu discurso é vago e como veio aqui com «uma mão cheia de nada e outra de coisa nenhuma». Isto não o significa nem a si nem ao Governo!

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Tem a palavra o Sr. Secretário de Estado para dar explicações, querendo, dispondo de 3 minutos.

O Sr. **Secretário de Estado da Educação**: — Sr. Presidente, Sr. Deputados, afirmei, e repito, que o Sr. Primeiro-Ministro anunciou a intenção de, no ano lectivo de 2006/2007, os professores do 1.º ciclo terem um quadro de estabilidade na sua colocação.

Afirmei também que, enquanto estivesse a decorrer o actual concurso de colocação de professores, o Governo não estaria disponível para discutir o problema, porque o entendimento do Governo é o de que qualquer discussão sobre a alteração do regime da colocação dos professores enquanto estiver a decorrer o actual modelo é perturbadora do funcionamento do ano escolar.

Aplausos do PS.

O Sr. **João Teixeira Lopes** (BE): — Anuncia-se e a discussão é tabu!

O **Orador**: — A seguir fiz um juízo político da posição do Sr. Deputado e do Bloco de Esquerda nesta matéria, com base nestas premissas, o qual nada tem de pessoal relativamente ao Sr. Deputado. Repito: enunciei as minhas premissas políticas, apresentei uma conclusão, que é um juízo político, e que, como é óbvio, em nada pretende ofender o Sr. Deputado nem nenhum dos Deputados desta Casa.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Srs. Deputados, chegámos ao fim da sessão de hoje.

A próxima sessão plenária realizar-se-á quarta-feira, às 15 horas. Terá um período de antes da ordem do dia e da ordem do dia constará a discussão, na generalidade, dos projectos de lei n.^{os} 43/X (Os Verdes) e 41/X (BE).

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a sessão.

Eram 13 horas 30 minutos.

Srs. Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista (PS):

José Apolinário Nunes Portada
Manuel António Gonçalves Mota da Silva
Rui do Nascimento Rabaça Vieira
Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos

Partido Social Democrata (PSD):

António Paulo Martins Pereira Coelho
Arménio dos Santos
Henrique José Praia da Rocha de Freitas
Jorge Fernando Magalhães da Costa
Mário Henrique de Almeida Santos David
Miguel Bento Martins da Costa de Macedo e Silva
Paulo Artur dos Santos Castro de Campos Rangel

Partido Comunista Português (PCP):

Jerónimo Carvalho de Sousa

Partido Popular (CDS-PP):

Álvaro António Magalhães Ferrão de Castello-Branco
João Nuno Lacerda Teixeira de Melo
Manuel Armando Dias Alves

Srs. Deputados não presentes à sessão por se encontrarem em missões internacionais:

Partido Socialista (PS):

Jaime José Matos da Gama

Srs. Deputados que faltaram à sessão:

Partido Socialista (PS):

Jacinto Serrão de Freitas
Jorge Manuel Monteiro de Almeida
José Eduardo Vera Cruz Jardim

Manuel Francisco Pizarro de Sampaio e Castro
Manuel Maria Ferreira Carrilho
Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa
Maria Isabel Coelho Santos
Maria Manuela de Macedo Pinho e Melo

Partido Social Democrata (PSD):

Adão José Fonseca Silva
Agostinho Correia Branquinho
António Edmundo Barbosa Montalvão Machado
Feliciano José Barreiras Duarte
Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva
Joaquim Virgílio Leite Almeida Costa
Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto
José António Freire Antunes
José de Almeida Cesário
José Eduardo Rego Mendes Martins
Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes
Marco António Ribeiro dos Santos Costa
Sérgio André da Costa Vieira

Partido Comunista Português (PCP):

Maria Odete dos Santos

Partido Popular (CDS-PP):

Paulo Sacadura Cabral Portas

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL